

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

TARCISIO PADILHA

ENVOLVIMENTO PATERNO NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE

CURITIBA

2021

TARCISIO PADILHA

ENVOLVIMENTO PATERNO NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia. Área de concentração: Teologia Ético-Social, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Dr. Mário Antônio Sanches.

CURITIBA

2021

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

P123p
2021

Padilha, Tarcisio
Envolvimento paterno no planejamento da parentalidade / Tarcisio Padilha ;
orientador: Mário Antônio Sanches. – 2021.
75 f. : 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2021
Bibliografia: f. 59-74

1. Planejamento familiar. 2. Parentalidade. 3. Anticoncepção. 4. Saúde
reprodutiva. 5. Política de saúde. I. Sanches, Mário Antônio. II. Pontifícia
Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia.
III. Título.

CDD 20. ed. – 363.96



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
STRICTO SENSU

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 008.2021
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Aos vinte e seis dias de fevereiro de dois mil e vinte um, reuniu-se às nove horas, por videoconferência, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches, Prof. Dr. Edson Adolfo Deretti, Profa. Dra. Mary Rute Gomes Esperandio, para examinar a Dissertação do mestrando **Tarcísio Padilha**, ano de ingresso 2019, aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Ético-Social - Linha de Pesquisa: "Teologia e Sociedade". O mestrando apresentou a dissertação intitulada "**Envolvimento Paterno No Planejamento Da Parentalidade**". O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi **APROVADO** pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 10:55. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. Mário Antônio Sanches - Presidente/Orientador

Prof. Dr. Edson Adolfo Deretti - Convidado Externo

Profa. Dra. Mary Rute Gomes Esperandio - Convidada Interna

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu



Aos meus pais, Antonio Padilha e Ivonete
Souza de Abreu,
à minha esposa, Renata Alves Cardoso
Padilha, e aos nossos filhos, Gabriel José,
Isabela Teresa e Felipe Augusto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família extensa, meus pais e meus sogros, rede significativa de apoio ao nosso núcleo familiar.

Agradeço à minha esposa que participou ativamente neste empreendimento e fez dele um projeto de família.

Agradeço aos professores dos Programas de Pós-Graduação em Teologia e em Bioética da PUCPR e em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina que me possibilitaram acesso às suas disciplinas, como aluno regular ou em disciplina isolada, e por dedicarem sua vida ao ensino na intenção de construir uma sociedade melhor.

Agradeço aos professores da banca, professora Doutora Mary Rute Gomes Esperandio e professor Doutor Edson Adolfo Deretti, pelas suas valiosas contribuições a este trabalho. Do mesmo modo, agradeço ao professor Renato Soleiman Franco pela sua revisão e sugestão no tratamento dos dados estatísticos.

Meu agradecimento, especial, ao professor Doutor Mário Antônio Sanches pela acolhida nos Programas de Pós-Graduação em Teologia e em Bioética, pelo profissionalismo e competência na orientação desta pesquisa e pelo seu senso de humanidade, sempre compreensivo e responsável.

“Cada menino ou menina tem o indiscutível
direito de ser desejado antes de ser concebido”

(BEÑERAF, 2006, p. 58)

RESUMO

Este estudo aborda a temática do envolvimento masculino no contexto do planejamento da parentalidade em perspectiva interdisciplinar e objetivou mapear a percepção masculina em relação à sua participação e responsabilidade no planejamento da parentalidade. Para isso, a dissertação segue o formato de artigos. No primeiro artigo, uma revisão integrativa publicada no período de mestrado, verifica-se quais os resultados obtidos em 15 pesquisas empíricas, nacionais e internacionais, sobre a percepção masculina em relação ao seu envolvimento no PF. O segundo artigo, um estudo quantitativo, analisa a percepção de 512 pais a respeito da sua participação e responsabilidade no planejamento familiar, confrontando com dados de 1662 mães. Nas considerações finais, discute-se como os dados da revisão integrativa da literatura e os dados de campo questionam e interagem com a Teologia. Disponibiliza-se, como apêndice desta dissertação, outro estudo quantitativo, também publicado, que mapeia as causas da monoparentalidade masculina e os desafios inerentes ao cuidado parental exclusivo. Evidencia-se que o planejamento da parentalidade deve visar o bem do(s) filho(s) e de cada um dos outros membros da família, portanto, para seu êxito é necessário que seja fruto do envolvimento de todos os interessados, do contrário, continuará a ser um projeto pela metade. A dissertação corrobora ao mapear o envolvimento paterno no PF, indicando como eles se apresentam ou se ausentam, quem eles identificam como responsável pelo PF e os fatores que os afastam ou os aproximam do PF. Embora o estudo empírico desta pesquisa demonstre uma elevada percentagem de homens que não planejaram a gravidez do primeiro filho, a hipótese de que os homens participam menos do PF não foi confirmada. Pais e mães neste estudo não planejaram em proporção estatisticamente semelhante. Esse achado incentiva a ampliar o estudo para revisitar a hipótese e tirar a prova do resultado obtido, tendo em vista a vasta literatura que indica o contrário, isto é, o distanciamento masculino das questões relacionadas ao PF. A literatura científica teológica parece ocupar-se pouco do tema na atualidade, embora não seja um limite exclusivo desta área, visto a diminuta produção sobre o assunto. Mais que respostas, este estudo levantou algumas interrogações à Teologia e deu alguns indicativos como a Teologia pode colaborar, conjuntamente com outras áreas, para a reflexão e ação em relação ao tema do envolvimento paterno no planejamento da parentalidade. Enfim, acredita-se que o homem deva ser incentivado para que esteja mais comprometido no planejamento da parentalidade e a Teologia pode [e deve] ajudar a construir uma *educação* e uma *cultura* do planejamento da parentalidade. Essa educação e cultura visam superar o “ter filhos sem pensar no assunto”.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Homem. Saúde reprodutiva. Contracepção. Políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

This study addresses the theme of male involvement in the context of parenting planning in an interdisciplinary perspective and aimed to map male perception in relation to their participation and responsibility in parenting planning. For this, the dissertation presents in articles format. The first article, an integrative review published in the master's period, verifies the results obtained in 15 empirical surveys, national and international, on the male perception in relation to his involvement in the FP. The second article, a quantitative study, analyzes the perception of 512 fathers regarding their participation and responsibility in family planning, compared with data from 1662 mothers. In the final considerations, it is discussed how the data from the integrative literature review and the field data question and interact with theology. Another quantitative study, also published, is available as an appendix to this dissertation, which maps the causes of male single parenting and the challenges inherent in exclusive parental care. It is evident that parenting planning must aim at the good of the children and each of the other family members, therefore, for its success it must be the result of the involvement of all those interested, otherwise, will continue to be a half-finished project. The dissertation corroborates when mapping the paternal involvement in the FP, indicating how they present themselves or are absent, who they identify as responsible for the FP and the factors that distance them or bring them closer to the FP. Although the empirical study of this research demonstrates a high percentage of men who did not plan the pregnancy of their first child, the hypothesis that men participate less in FP has not been confirmed. Fathers and mothers in this study did not plan in a statistically similar proportion. This finding encourages to expand the study to revisit the hypothesis and take the proof of the result obtained, in view of the vast literature that indicates the opposite, that is, the male distance from issues related to FP. Theological scientific literature seems to occupy little of this subject nowadays, although it is not an exclusive limit of this area, given the small production on the subject. More than answers, this study raised some questions to Theology and gave some indications as to how Theology can collaborate, together with other areas, for reflection and action in relation to the theme of paternal involvement in parenting planning. Finally, it is believed that men should be encouraged to be more committed to parenting planning and Theology can [and should] be challenged to help build a parenting planning education and culture. This education and culture aim to overcome "having children without thinking about it".

Keywords: Family planning. Man. Reproductive health. Contraception. Public health policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Atenção Básica à Saúde
AL	Exortação Apostólica Pós-sinodal <i>Amoris Laetitia</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
cf.	Conforme
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
<i>HV</i>	Carta Encíclica <i>Humanae Vitae</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHU/ADITAL	Instituto Humanitas Unisinos/Agência de Informação Frei Tito para a América Latina e Caribe
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MeSH	<i>Medical Subject Heading</i>
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Org(s).	Organizador(es)
p.	Página
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PF	Planejamento familiar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNECSCA	Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Pubmed	<i>US National Library of Medicine</i>
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
trad.	Tradutor
UCSal	Universidade Católica de Salvador
UNA-SUS	Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIVA	Vigilância de Violências e Acidentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ARTIGO 1 - PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	17
2.1	INTRODUÇÃO.....	18
2.2	MÉTODO	20
2.3	RESULTADOS	21
2.4	DISCUSSÃO	26
2.5	CONSIDERAÇÕES	30
3	ARTIGO 2 - PERCEPÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE MASCULINA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR	32
3.1	INTRODUÇÃO.....	33
3.2	MÉTODO	35
3.3	RESULTADOS	36
3.4	DISCUSSÃO	38
3.4.1	Comportamento masculino em relação ao PF	38
3.4.2	Quem é o responsável pelo PF?	40
3.4.3	Como os homens participam (ou poderiam participar) no PF.....	41
3.5	CONSIDERAÇÕES	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	APÊNDICE - O PAI QUE ASSUME FILHO SOZINHO: CAUSAS DO CUIDADO PATERNO EXCLUSIVO.....	49
1.1	INTRODUÇÃO.....	49
1.2	MÉTODO	50
1.3	RESULTADOS	51
1.4	DISCUSSÃO	53
1.4.1	Monoparentalidade masculina	53
1.4.2	Ressignificação da figura paterna	55
1.4.3	Conquistas e desafios no cuidado do filho	57
1.5	CONSIDERAÇÕES	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se ao tema do envolvimento masculino no contexto do planejamento da parentalidade e adequa-se à Área de Concentração “Teologia Ético-Social”, na linha de pesquisa “Teologia e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Além disso, é parte do Projeto de Pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Teologia e Bioética, inserido no Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, e contou com apoio da Fundação Araucária e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com bolsa concedida ao mestrando.

A respeito da participação dos homens no planejamento da parentalidade, alguns estudos empíricos demonstram, por um lado, o desconhecimento deles em questões relacionadas ao tema (DRAL *et al.*, 2018; PEDRO *et al.*, 2016) e o seu pouco envolvimento (HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016; KASSA; ABAJOBIR; GEDEFWAW, 2014). Por outro lado, observa-se também certo controle e imposição de suas convicções sobre as da parceira (ESPÍRITO-SANTO; TAVARES-NETO, 2004; WITHERS *et al.*, 2015).

Esses e outros estudos reconhecem que a atitude masculina pode interferir em grande medida, positiva ou negativamente, na opinião das mulheres, definindo os rumos do uso ou não de um método contraceptivo, da quantidade de filhos e do espaçamento entre as crianças e da distribuição dos cuidados dos filhos.

Pode-se dizer que existe certo paradigma que a questão diz mais respeito às mulheres que aos homens. Conseqüentemente, recai, muitas vezes e em grande medida exclusivamente, sobre os ombros das mulheres a responsabilidade por gestações não desejadas (MARCOLINO; GALASTRO, 2001).

Além disso, há de se considerar o enfoque demasiadamente restrito às mulheres, desde a década de 80, dos programas de planejamento familiar (PF)¹ no âmbito dos serviços de saúde, favorecendo a mentalidade de que esse assunto é delas. Mesmo que existam programas que visem a saúde reprodutiva dos homens, as mulheres consideram a participação de seus parceiros insuficiente (MORAIS *et al.*, 2014; WITHERS *et al.*, 2015).

¹ Utilizou-se neste caso o termo *planejamento familiar* em vez de *planejamento da parentalidade*, pois é o termo clássico empregado pela Constituição Federal brasileira, no âmbito da saúde, na maioria dos estudos revisados e na próprio ensino moral cristão. Sanches e Simão-Silva (2016), no artigo *Planejamento familiar: do que estamos falando?*, em perspectiva Bioética, propõem o termo substituto, *planejamento da parentalidade*, por acreditarem trazer uma agenda mais aberta e direcionar a ênfase para a concepção de filhos desejados e de pais e mães preparados.

Embora papéis socialmente consolidados não sejam determinantes para todos (as), e estudos indiquem modificações, apontando para uma melhora no envolvimento masculino no planejamento da parentalidade, ainda que em passos lentos (MARCOLINO; GALASTRO, 2001), o distanciamento do homem nessa dimensão da parentalidade pode induzir a mulher, em um não desprezível número de casos, à opção pela interrupção de uma gestação não programada.

Pensar e investigar tal fenômeno é de interesse da Teologia, pois se sabe que também o discurso religioso, em alguma medida, pode alimentar estereótipos no pensamento dos crentes (e, até mesmo das crentes) que continuam a relegar aspectos da regulação da fertilidade e da parentalidade às mulheres. A Teologia, como outras ciências, pode contribuir com o discurso religioso e com a sociedade, qualificando o senso comum, em vista de uma maior responsabilização do homem no planejamento da parentalidade.

A complexidade da temática exige um diálogo interdisciplinar com as ciências da saúde e, especialmente, com a Bioética. Também a Psicologia contribui na compreensão da transição à parentalidade e dos dramas familiares. Tanto mais se faz necessário essa interdisciplinaridade visto que as produções científicas sobre a temática são escassas e, por vezes, limitam-se a investigar a participação masculina no uso de métodos de contracepção. Por esse panorama, justifica-se esta pesquisa.

Para além das definições limitadoras do PF, como utilização de métodos contraceptivos, acredita-se que o tema deva ser visto em sentido mais amplo. Por isso, quer-se, inicialmente, ampliar o horizonte do debate sobre a participação dos homens no contexto do planejamento da parentalidade. Essa, entre tantas atividades que podem ser elencadas, diz respeito ao seu envolvimento ao evitar a concepção de filhos não desejados ou à sua participação no construir um ambiente favorável para o acolhimento de uma criança, bem como na sua efetiva autopreparação e de sua contribuição para a preparação da companheira para o exercício responsável da parentalidade. Também corresponde ao cuidado de sua parceira e de um(a) futuro(a) filho(a) gestado(a), preocupando-se, especialmente, com a saúde da mulher e da criança, ao prevenir gestações “indesejadas e/ou programá-las em situações pessoais, sanitárias e sociais mais adequadas” (SANCHES; SIMÃO-SILVA, 2016, p. 74). Nesse sentido, refere-se ainda a pensar no bem-estar de filhas e filhos, que porventura já existam.

No ambiente cristão católico, o Papa Paulo VI, atento aos apelos à questão da paternidade (parentalidade) responsável e ao controle demográfico, que pareciam necessários e urgentes em sua época, e ciente da complexidade e delicadeza do assunto, depois das análises

da Pontifícia Comissão sobre a População, a Família e a Natalidade, pronunciou-se, em 25 de julho de 1968, por meio da Carta Encíclica *Humanae Vitae (HV)* (AZPITARTE, 1997; GENOVESI, 2008).

Nessa Encíclica, Paulo VI (1968) reconhece a necessidade de se fomentar uma cultura de parentalidade responsável, entretanto, desejou que houvesse uma compreensão mais correta do termo e de sua prática. Por isso, explica que ser paternalmente responsável é perceber e respeitar as funções biológicas do corpo humano, dominando, com a razão e a vontade, os instintos e as paixões. Além disso, considerando-se os aspectos físicos, econômicos e psicológicos, é tanto a decisão de aumentar o número de filhos, como também de espaçar o tempo até uma nova gestação, porém sempre “por motivos graves e com respeito pela lei moral” (PAULO VI, 1968, p. 14, n. 10). Ademais, implica respeito pela ordem moral objetiva, isto é, respeito aos deveres “para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores” (PAULO VI, 1968, p. 14, n. 10). Portanto, parentalidade responsável não é liberdade sem comprometimento com a natureza própria do matrimônio e dos seus atos.

Nessa perspectiva, o Papa afirma que a Igreja reconhece a dificuldade que se impõe à vivência dessa lei divina. Por isso, admite que só é possível vivê-la mediante o esforço dos envolvidos e do auxílio da graça, que produzirão frutos para o casal e a sociedade.

No cerne da encíclica, há o reconhecimento de que o planejamento da parentalidade é responsabilidade de ambos os envolvidos e que esse deve ser fruto de um amor conjugal *plenamente humano* (isto é, não seja apenas fruto dos instintos e seja ato consentido), *total* (sem reservas), *fiel e exclusivo* (relacionamento estável), *fecundo* (gere vida, além da própria comunhão conjugal) (PAULO VI, 1968, p. 12–13, n. 9).

Embora toda essa riqueza, Moser (2014) comenta que a *HV* foi mal recebida devido à uma interpretação errônea e limitada aos parágrafos 14, 15, 16 e 17, referentes aos métodos contraceptivos. Essa interpretação e a alta expectativa de que o Papa reconhecesse o direito dos fiéis a usarem os métodos contraceptivos artificiais, levou o documento a certo esquecimento. Diante disso, o autor pergunta-se: Por que houve um silêncio durante esses 40 anos, se com um olhar mais atento se percebe os valores altamente humanizadores das relações reprodutivas que o documento defende?

Mais recentemente, o Papa Francisco dedicou a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia (AL)* à questão do amor e da alegria na família. E, logo nas primeiras páginas, afirma que “a fecundidade do casal humano é ‘imagem’ viva e eficaz, sinal visível do ato criador [...], capaz de manifestar Deus criador e salvador. Por isso, o amor fecundo chega a

ser o símbolo das realidades íntimas de Deus (cf. Gênesis 1,28; 9,7; 17,2-5.16; 28,3; 35,11; 48,3-4)” (FRANCISCO, 2016, p. 13, n. 10-11). Concorde-se que a fecundidade humana *possa ser* imagem capaz de manifestar Deus criador, porém nem sempre isso se traduz nas relações humanas, em parte, pela ausência do planejamento da parentalidade, onde a gestação ocorre sem se pensar no assunto, podendo gerar frustrações, imposições, abandonos e até mesmo morte.

Nesse sentido, referindo-se ao acompanhamento nos primeiros anos de vida matrimonial, Francisco recorda que o caminho para o planejamento da parentalidade verdadeiramente humano é

‘[...] o de um diálogo consensual entre os esposos, do respeito pelos tempos e da consideração da dignidade do parceiro. [...] Quanto mais os esposos procuram ouvir na sua consciência Deus e os seus mandamentos (cf. Romanos 2,15), deixando-se acompanhar espiritualmente, tanto mais a sua decisão será intimamente livre de um juízo subjetivo e da adequação aos modos de se comportar do seu ambiente’ (*Relatio Finalis*, 2015, 63) (FRANCISCO, 2016, pp. 184-186; AL 222).

Diante desse panorama, objetivou-se analisar, a partir de um referencial interdisciplinar e de dados de campo, o envolvimento masculino no contexto do planejamento da parentalidade e, a partir disso, discutir sobre como os principais achados interpelam e interagem com a Teologia. Para tanto, metodologicamente, adotou-se nesta dissertação o formato de artigos.

Deste modo, dois artigos principais foram produzidos e compõe o corpus principal desta dissertação. Um outro estudo, apresentado em formato de artigo, porém publicado como capítulo de uma coletânea, está disponível neste trabalho como apêndice.

No primeiro artigo, *Participação masculina no planejamento familiar: revisão integrativa da literatura*, publicado na *Revista Interface – Comunicação, saúde e educação (Botucatu)*, verificou-se quais os resultados obtidos nas pesquisas empíricas sobre a percepção masculina em relação ao seu envolvimento no PF. Para tanto, lançou-se mão do método de revisão integrativa de literatura, que forneceu o estado da arte do tema investigado. Os resultados dos 15 artigos que compuseram o *corpus* da revisão foram organizados em cinco categorias temáticas: comportamento masculino em relação ao PF; quem deve ser responsável pelo PF *versus* envolvimento masculino atual; como os homens participam do PF; fatores que influenciam a participação masculina no PF; fatores que dificultam a participação masculina no PF. Dois aspectos evidenciam-se: a ideia corrente de que o assunto diz respeito às mulheres; e a limitada participação masculina no PF. Além disso, observa-se que tanto parte dos homens como parte das mulheres, dos(as) profissionais da saúde e até dos(as) próprios(as)

pesquisadores(as) do assunto, restringem o PF ao campo da contracepção, ignorando outros aspectos como a saúde da mulher e do bebê diante da gestação, o cuidado da saúde reprodutiva do homem, a tomada de decisão diante de gravidez indesejada e a preparação para a passagem à parentalidade (preparar-se para ser pai e mãe). Por outro lado, em culturas com a discussão sobre a igualdade de gênero mais elaborada, há indicativos de mudança. Assim, nesses contextos se observa maior envolvimento masculino em questões outrora consideradas do campo feminino.

O segundo artigo, *Percepção da participação e responsabilidade masculina no planejamento familiar*, mapeou a percepção masculina sobre PF. A hipótese de trabalho, seguindo a impressão que se tem a partir do senso comum e das constatações de uma considerável parte da literatura científica, é que os homens estão menos envolvidos no cuidado com os filhos e, portanto, estariam menos envolvidos no seu planejamento. Diante disso, objetivou-se testar a hipótese, primeiramente, analisando a percepção masculina a respeito da participação e responsabilidade deles no planejamento da parentalidade e, secundariamente, confrontando com a percepção feminina em relação ao envolvimento delas no planejamento da parentalidade. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem quantitativa, a partir de dados coletados de 512 pais, amostra primária, e 1662 mães, amostra secundária. Esses dados foram coletados pelo Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética a partir da aplicação do Instrumento de Pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. Os resultados indicam que dois em cada cinco pais não planejaram a gravidez do primeiro filho; um em cada três afirma que esse filho não foi um projeto de casal; metade confessa não ter pensado nos riscos de saúde relacionados à gravidez; e dois a cada cinco reconhecem que não avaliaram as condições econômicas antes da primeira gestação. Contudo, contrariando à hipótese inicial e, parte dos achados da literatura, de que os homens participam menos que as mulheres do PF, verificou-se neste estudo que a percepção feminina do envolvimento delas no PF não diferiu da percepção masculina em nenhuma das quatro variáveis analisadas: planejou a gravidez do primeiro filho; foi um projeto de casal; pensou nos riscos de saúde; avaliou as condições financeiras. Por fim, esses resultados negativos para ambos os gêneros apontam para a necessidade de qualificar, mediante a educação para o PF, tanto homens quanto mulheres, visando superar o “ter filhos sem pensar no assunto”.

Nas considerações finais, busca-se articular como os dados da revisão integrativa da literatura e os dados de campo questionam e interagem com a Teologia. Poucos estudos empíricos, nas diferentes áreas do conhecimento, são direcionados à temática da participação

masculina no planejamento da parentalidade e há um indicativo de que o assunto pouco está no radar da Teologia. Assim, a dissertação contribui tanto ao lançar um primeiro olhar sobre a realidade do tema a partir de uma perspectiva interdisciplinar, quanto ao provocar a Teologia (e não apenas) para que novas investigações possam ser realizadas.

Por fim, disponibilizou-se como apêndice desta dissertação, o artigo *O pai que assume filho sozinho: causas do cuidado paterno exclusivo*. Esse foi publicado como capítulo no livro *Homem adulto & Paternidade: olhares interdisciplinares*, da Coleção Família e Desenvolvimento Humano. A obra foi organizada pelos professores Lúcia Vaz de Campos Moreira, Ana Barreiros de Carvalho e Giancarlo Petrini (2019), ambos do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador (UCSal). O capítulo foi produzido como parte da pesquisa de mestrado. Embora com um recorte um pouco distinto do tema central da dissertação, tem suas afinidades e colabora ao lançar um olhar sobre o aspecto da atuação masculina nas situações em que o homem se encontra como figura parental exclusiva (ou a principal) no cuidado do filho(a). Para este estudo também se serviu do banco de dados produzido pelo Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética. Assim, trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem quantitativa, a partir de dados coletados de 512 pais. Verificou-se as implicações que conduzem à constituição de famílias monoparentais masculinas e os desafios enfrentados por pais que assumem a responsabilidade parental “sozinhos”. Se a morte da parceira era o fator predominante, nas últimas décadas, pelo aumento da ruptura dos relacionamentos, a separação aparece como seu principal causador. Nesse contexto, o interesse maior dos pais pela guarda dos filhos pode ser atribuído às mudanças em relação aos papéis de gênero. Por fim, ao constatar que os pais têm demonstrado mais interesse por uma responsabilidade parental ampliada e que se sentem mais encorajados a assumir a guarda de seus filhos, o estudo corrobora com a conclusão de Lamb (1992) de que a paternidade está sob revisão e sua síntese pode ser percebida no “novo pai”.

2 ARTIGO 1 - PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Participación masculina en la planificación familiar: una revisión integradora²
Male involvement in family planning: an integrative literature review

Resumo

Este artigo trata de uma revisão integrativa de literatura sobre a participação masculina no planejamento familiar (PF). Assim, objetivou-se fazer um levantamento das produções científicas a fim de compreender a multiplicidade do fenômeno e verificar se existem fatores relevantes que possam indicar caminhos para qualificar o engajamento masculino no planejamento familiar. Foram analisados 15 artigos de pesquisas empíricas realizadas com homens, disponíveis no Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nas bases de dados US National Library of Medicine (Pubmed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), com recorte de 1995 a 2019. Os resultados foram organizados em cinco categorias: comportamento masculino em relação ao PF; quem deve ser responsável pelo PF *versus* envolvimento masculino atual; como os homens participam do PF; fatores que influenciam a participação; fatores que dificultam a participação. Evidenciou-se a limitada participação masculina no PF, porém com sinais de mudanças em culturas com relações de gênero mais igualitárias. Por esse e outros fatores, ressalta-se a necessidade de investimentos em políticas públicas que visem melhor inserção masculina no PF.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Homem. Saúde reprodutiva. Contracepção. Políticas públicas de saúde.

Resumen

Este artículo contiene una revisión integrativa de literatura sobre la participación masculina en la planificación familiar (PF). Así, el objetivo fue realizar un relevamiento de las producciones científicas con el fin de comprender la multiplicidad del fenómeno y verificar si existen factores relevantes que puedan indicar formas de calificar la participación masculina en la planificación familiar. Se analizaron 15 artículos de investigaciones empíricas realizadas con hombres, disponibles en el Portal de Periódicos CAPES y en las bases de datos Pubmed y SciELO, con recorte de 1995 a 2019. Los resultados se organizaron en cinco categorías: comportamiento masculino con relación a la PF: quién debe ser responsable por la PF *versus* involucramiento masculino actual; cómo los hombres participan en la PF; factores que influyen en la participación; factores que dificultan la participación. Resultó evidente la limitada participación que ellos tienen en la PF, pero con señales de cambio cultural con relaciones de género más igualitarias. Por ese y otros factores, se subraya la necesidad de inversiones en políticas públicas con el objetivo de una mejor inserción masculina en la PF.

Palabras clave: Planificación familiar. Hombre. Salud reproductiva. Contracepción. Políticas públicas de salud.

² Texto base do artigo publicado na Revista Interface (Botucatu) em Novembro de 2020. Nesta versão para a dissertação foram feitos poucos ajustes solicitados pela banca de qualificação após o artigo já ter sido publicado, mas que não afetam a análise e discussão dos resultados. Para conferir o artigo publicado, consultar: PADILHA, Tarcisio; SANCHES, Mário Antônio. Participação masculina no planejamento familiar: revisão integrativa da literatura. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 24, e200047, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100308&lng=pt&nrm=iso>. Esta pesquisa foi realizada com bolsa concedida no âmbito do acordo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Fundação Araucária. Processo número: 88887.353866/2019-00.

Abstract

This article presents the results of an integrative literature review of male involvement in family planning (FP). Thus, the objective was to make a survey of scientific productions to understand the multiplicity of the phenomenon and to verify if there are relevant factors that may indicate ways to qualify male engagement in family planning. We analyzed 15 articles of studies conducted with men between 1995 and 2019 available on CAPES' Journal Portal and the PubMed and SciELO databases. The results were organized into five categories: male behavior in relation to FP; who should be responsible for FP versus current male involvement; how men participate in FP; factors that influence involvement; and factors that hinder involvement. The findings showed that although male involvement in FP was limited, there are signs of change in culture resulting in greater gender equality. Our findings and other factors highlight the need to invest in public policies designed to increase male involvement in FP.

Keywords: Family planning. Man. Reproductive health. Contraception. Public health policies.

2.1 INTRODUÇÃO

O envolvimento masculino no planejamento familiar (PF) pode ser considerado limitado (BARROS *et al.*, 2017; CASARIN; SIQUEIRA, 2014) e até se formou certo paradigma de que a questão diz mais respeito às mulheres do que aos homens. Consequentemente, recai muitas vezes sobre os ombros delas a responsabilidade exclusiva por gestações não planejadas (MARCOLINO; GALASTRO, 2001).

Há também de se considerar o enfoque demasiadamente restrito às mulheres, desde a década de 1980, em programas de PF no âmbito dos serviços de saúde, realizados em ambientes não convidativos para o público masculino e que favorecem a mentalidade de que o assunto é exclusivamente delas. Ainda que se encontrem programas que visem a saúde reprodutiva deles, as mulheres consideram a participação de seus parceiros insuficiente (MORAIS *et al.*, 2014). Também se encontram lacunas em pesquisas científicas na área (CHIESA; SANCHES; SIMÃO-SILVA, 2019), pois, em boa medida, limitam-se às “atitudes e comportamentos das mulheres em questões relativas à reprodução” (VIRK *et al.*, 2013, p. 613)³. Por outro lado, as atitudes dos homens podem ainda interferir, positiva ou negativamente, na opinião das companheiras, definindo os rumos do uso ou não de um método contraceptivo, da quantidade de filhos, do tempo de espaçamento entre as gestações e da distribuição das tarefas no cuidado dos filhos (JOSHI, 2015; JUNGARI; PASWAN, 2019).

⁽³⁾ “However, fertility and family planning research and programs have ignored men’s role in the past, focusing their attention on women’s attitudes and behaviors in matters concerning reproduction”.

Sendo nossa sociedade plural, papéis socialmente consolidados não são determinantes para todos (as) e alguns resultados indicam modificações, apontando para uma melhora no envolvimento dos homens no PF, ainda que em passos lentos e variável conforme a cultura, educação, ocupação, religião e outros fatores contextuais (EQTAIT; ABUSHAIKHA, 2019).

No âmbito da Atenção Básica à Saúde (ABS), o Ministério da Saúde tem utilizado o termo (mais abrangente) Planejamento Reprodutivo em substituição à PF, pois compreende-se que “[...] o adolescente, o jovem ou o adulto, homem ou mulher, independentemente de ter ou não uma união estável ou de constituir uma família, pode fazer, individualmente ou com o(a) parceiro(a), uma escolha quanto a ter ou não ter filhos [...]” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 58).

Contudo, neste artigo, adotou-se o termo PF por estar mais alinhado ao objetivo desta pesquisa, que se limitou a analisar a percepção masculina de sua participação no PF em uma perspectiva de gênero e no contexto da família. Com isso, não se desconsidera a importância das práticas de atenção e cuidados aos direitos reprodutivos e sexuais do sujeito masculino isoladamente.

Cabe destacar ainda que este estudo quer ir além de visões restritivas a respeito da participação masculina no PF; assim, requer em um primeiro momento definir o que se compreende por PF, que pode ser tanto a atitude de evitar a concepção quanto a responsabilidade de construir um ambiente favorável para o acolhimento de uma criança. Portanto, o papel do homem no PF desdobra-se na efetiva autopreparação e na contribuição com a preparação da companheira para o exercício responsável da parentalidade. Ademais, acredita-se que ele deva se preocupar com o cuidado de sua saúde reprodutiva e a de sua parceira, especialmente ao prevenir gestações “indesejadas e/ou programá-las em situações pessoais, sanitárias e sociais mais adequadas” (SANCHES; SIMÃO-SILVA, 2016, p. 74).

Ao realizarmos levantamento de outras revisões integrativas no Brasil envolvendo a participação dos homens no PF, duas publicações foram localizadas. A primeira delas, de Silva *et al.* (2018), preocupou-se com o acesso masculino ao PF e abrangeu 37 publicações, em um recorte de 2007 a 2018. Contudo, incluiu estudos de revisão de literatura e, entre esses, outras revisões integrativas. O segundo artigo, realizado por Nogueira *et al.* (2018), concentrou-se no conhecimento científico produzido sobre o engajamento masculino no planejamento reprodutivo e analisou 11 publicações de 2005 a 2015. Apesar de questão mais próxima a esta investigação, não se limitou às pesquisas empíricas, obteve apenas quatro estudos de homens como participante e todos os onze artigos eram em português.

Assim, justifica-se este estudo, que será norteado pela pergunta: quais os resultados obtidos nas pesquisas empíricas publicadas sobre a percepção masculina em relação ao seu envolvimento no PF? Deste modo, o objetivou-se realizar uma revisão integrativa de literatura sobre a participação masculina no planejamento familiar, pois acredita-se que fazer um levantamento das produções científicas possa contribuir para compreender a multiplicidade do fenômeno e verificar se existem fatores relevantes que possam indicar caminhos para qualificar o engajamento masculino no PF.

2.2 MÉTODO

Este artigo realiza uma revisão integrativa, “[...] tipo de revisão da literatura que reúne achados de estudos desenvolvidos mediante diferentes metodologias, permitindo aos revisores sintetizar resultados sem ferir a filiação epistemológica dos estudos empíricos incluídos” (SOARES *et al.*, 2014, p. 336).

Entre os diversos modelos propostos para esta revisão, cinco etapas são matriciais: “formulação do problema; coleta de dados; avaliação dos dados; análise e interpretação dos dados; divulgação dos dados” (SOARES *et al.*, 2014, p. 341).

Os critérios de inclusão dos materiais selecionados foram: artigos revisados por pares; disponibilizados on-line, em livre acesso; nos idiomas português, inglês e espanhol; publicados entre 1995⁴ e 2019; sendo os próprios homens os participantes da pesquisa; com abordagem do fenômeno e contexto de interesse, isto é, significado/descrição subjetiva e objetiva da experiência do participante masculino no PF. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nas bases de dados *US National Library of Medicine* (Pubmed) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Intencionou-se usar a base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), no entanto nenhuma publicação foi recuperada.

Na coleta de dados foram empregados concomitantemente três termos de pesquisa (com sinônimos e correspondentes) que deveriam estar presentes no título. Não havendo nenhuma correspondência, ampliou-se a busca para o resumo⁵. Para conectar os termos

⁴ Elegeu-se essa data de partida tendo em vista o ano de realização da Conferência de Beijing (IV Conferência Mundial sobre a Mulher), que versou, entre outros assuntos, sobre a questão da igualdade entre gênero e planejamento familiar. A conferência está situada cronologicamente entre outros dois marcos para o planejamento familiar: um ano antes, 1994, aconteceu a Conferência do Cairo (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento); no ano seguinte, no Brasil, foi publicada a Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que define e garante o direito ao planejamento familiar (BRASIL, 1996).

⁵ Para as bases Lilacs e SciELO adotou-se este critério; todavia, não foi suficiente para obter resultados na Lilacs.

empregou-se o *booleano* AND. Os termos afins ao objetivo deste estudo foram selecionados com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Heading* (MeSH): 1) planejamento familiar; 2) papel (figurativo)⁶; 3) homens. Empregou-se também os descritores correspondentes no idioma inglês e espanhol. Empregou-se também os descritores correspondentes no idioma inglês e espanhol. O levantamento de dados foi realizado em maio de 2019, revisado em outubro do mesmo ano.

Não foram incluídos: artigos repetidos ou repetições de estudos nas bases pesquisadas; materiais incompletos; publicações caracterizadas como ensaios, artigos de reflexão, relatos e revisões de literatura; capítulos de livros, teses ou dissertações; ainda, foram excluídos materiais que se caracterizaram como: 1) investigações de situações específicas do envolvimento masculino no PF, como em decorrência de doenças sexualmente transmissíveis ou restritamente em relação ao uso de métodos contraceptivos; 2) coletas de percepções dos agentes de saúde e/ou de mulheres acerca da participação masculina no PF, ou seja, estudos que não tinham como participante principal o próprio homem; 3) relatórios ou avaliações de programas/modelos de intervenção para melhorar o comportamento masculino no PF.

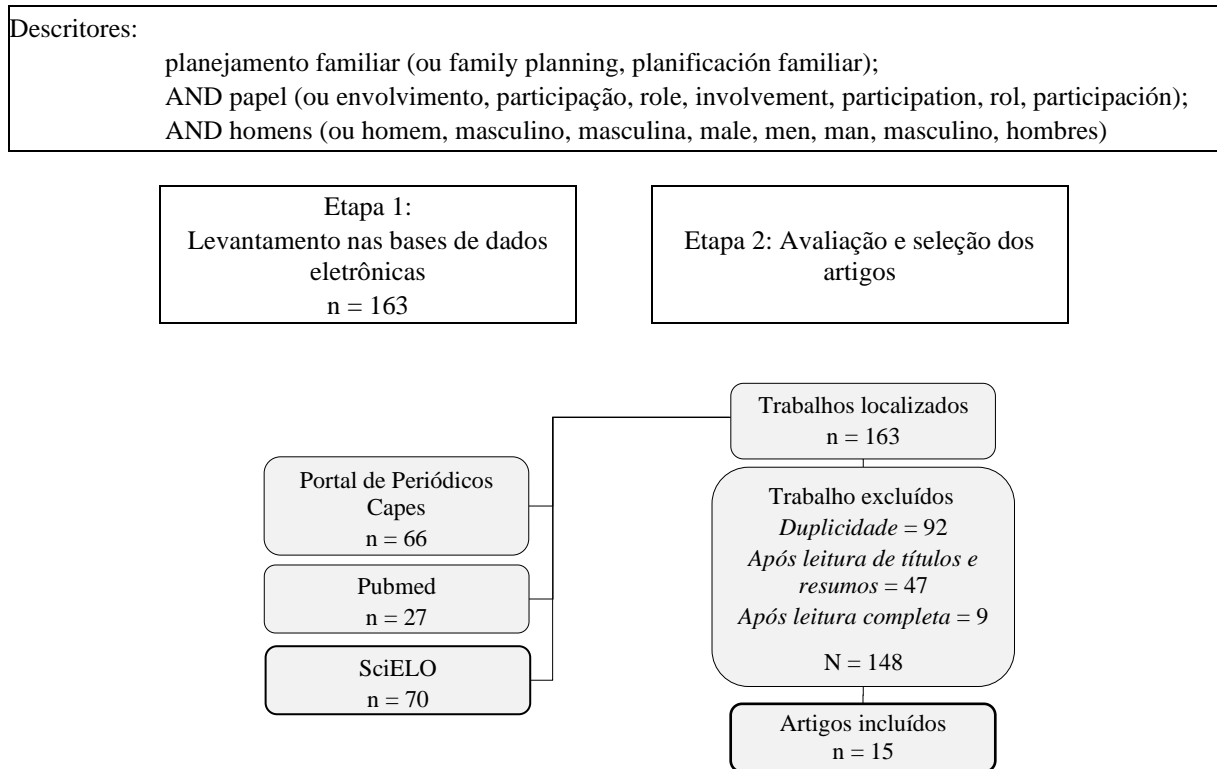
Os dados dos artigos pré-selecionados foram sistematizados em formulários criados no *software* Excel, com as seguintes informações: base de dados; descritores da pesquisa; título; autores; ano da publicação; local; referência; palavras-chave; resumo da obra, com realce dos objetivos, métodos; resultados e conclusões.

Após a leitura completa dos materiais e a identificação de possíveis estruturas temáticas, os artigos foram minuciosamente analisados com auxílio do *software Atlas.ti*. A análise de conteúdo deu-se pela definição das categorias temáticas e pelo desenvolvimento de um amplo esquema de codificação. Posteriormente, os códigos foram refinados e cruzados, criando supercódigos quando possível.

2.3 RESULTADOS

O processo de seleção dos artigos está demonstrado no fluxograma (Figura 1). Em relação aos nove estudos excluídos na etapa final de seleção, oito não tinham objetivamente o homem como participante principal da pesquisa e um restringia-se somente à avaliação do uso de métodos contraceptivos.

⁶ Para ampliar os resultados adotou-se como sinônimo do descritor “papel” as palavras-chave “envolvimento” e “participação”, ainda que não constem entre os descritores do DeCS e da MeSH.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão, 2019

Fonte: Os autores, 2019.

Os 15 artigos que preencheram todos os critérios constituíram o *corpus* da revisão (dez do Portal de Periódicos Capes, três da SciELO e dois da Pubmed, sendo 11 em inglês, três em português e um em espanhol). A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo de seleção dos artigos e o Quadro 1 sistematiza as principais características de cada estudo selecionado: autor, data de publicação, país em que foi realizado, tipo de estudo e de análise de dados, participantes da pesquisa.

Do Quadro 1 destaca-se que apesar da linha de corte da busca ter sido 1995, é somente de 1998 o primeiro artigo elegível (DUARTE, 1998). Contudo, uma das pesquisas lança mão de dados de 1990-91 (KIANI, 2003). Ademais, os anos com maior ocorrência de publicações foram 2001, 2003, 2014, 2015 e 2016 com dois cada um, seguidos de 1998, 2004, 2007, 2010 e 2018 com um de cada ano. Considerando-se apenas a última década, encontram-se oito dos 15 estudos.

Quadro 1 – Sumário das características dos estudos incluídos, Brasil, 2019 (N = 15)

n ^o art.	Autor	Local	Tipo de estudo	Tipo de análise de dados	Participantes da pesquisa*
1	Duarte (1998)	Brasil	transversal	quanti	910 homens
2	Fortunati e Floerchinger-Franks (2001)	EUA	transversal	quanti	100 parceiros de mulheres frequentadoras de clínicas de PF (amostra-chave) e 70 homens clientes de clínica de DST (amostra secundária)
3	Labrada <i>et al.</i> (2001)	Cuba	transversal	quanti	300 homens (100 parceiros de frequentadoras de consultas de PF e 200 aleatoriamente, dos quais 100 adolescentes)
4	Kiani <i>et al.</i> (2003)	Paquistão	transversal	quanti	1354 homens casados
5	Mistik <i>et al.</i> (2003)	Turquia	transversal	quanti	123 homens casados
6	Espírito-Santo e Tavares-Neto (2004)	Brasil	transversal	quanti	179 homens
7	Orji, Ojofeitimi e Olanrewaju (2007)	Nigéria	transversal	quanti	370 homens casados
8	Ijadunola <i>et al.</i> (2010)	Nigéria	transversal	quanti	400 homens em idade fértil (amostra-chave) e 11 provedores de PF (amostra secundária)
9	Adelekan, Omoregie e Edoni (2014)	Nigéria	transversal	misto	532 homens casados (500 quanti e 32 quali), entre 18 e 50 anos, com pelo menos um filho
10	Kassa <i>et al.</i> (2014)	Etiópia	transversal	quanti	524 homens casados
11	Rekha <i>et al.</i> (2015)	Índia	transversal	quanti	156 homens casados há pelo menos cinco anos
12	Withers <i>et al.</i> (2015)	Quênia	transversal	quali	106 homens casados (amostra-chave) e 27 homens casados soropositivo (amostra secundária)
13	Hamdan-Mansour <i>et al.</i> (2016)	Jordânia	transversal	quanti	104 homens casados
14	Pedro <i>et al.</i> (2016)	Moçambique	transversal	quali	41 homens (amostra-chave) com parceiras em idade reprodutiva e 29 mulheres (amostra secundária)
15	Dral <i>et al.</i> (2018)	Malawi	transversal	quali	14 homens sexualmente ativos (amostra-chave), 5 mulheres em idade reprodutiva e 4 assistentes locais de vigilância de saúde (amostras secundárias)

* Das investigações que contam com as opiniões de homens soropositivos ou frequentadores de clínicas de DST, de esposas e de profissionais da saúde, foram consideradas apenas as respostas do participante principal.

Os resultados da análise de conteúdo foram organizados em cinco categorias temáticas (Quadro 2): 1) Comportamento masculino em relação ao PF; 2) Quem deve ser (é)

responsável pelo PF *versus* envolvimento masculino atual; 3) Como os homens participam (ou poderiam participar) do PF; 4) Fatores que influenciam na participação masculina no PF; 5) Fatores que dificultam a participação masculina no PF.

Quadro 2 – Principais resultados dos estudos, Brasil, 2019

Categoria temática	Resultados	N.
Comportamento masculino em relação ao PF	Conhecimento bom (e/ou aprovação) e envolvimento alto (Duarte, 1998; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015)	7
	Conhecimento bom (e/ou aprovação), entretanto baixo envolvimento (Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Hamdan-Mansour et al., 2016)	4
	Pouco conhecimento, entretanto envolvimento alto (Pedro et al., 2016)	1
	Pouco conhecimento e baixo envolvimento (Labrada et al., 2001; Mistik et al., 2003; Dral et al., 2018)	3
Quem deve ser (é) responsável pelo PF <i>versus</i> envolvimento masculino atual	A mulher deve ser (é) responsável e o envolvimento masculino é baixo (Labrada et al., 2001; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Dral et al., 2018)	5
	A mulher deve ser (é) responsável, entretanto o envolvimento masculino é alto (Pedro et al., 2016)	1
	Ambos devem ser (são) responsáveis, todavia o envolvimento masculino é baixo (Mistik et al., 2003; Hamdan-Mansour et al., 2016)	2
	Ambos devem ser responsáveis e o envolvimento masculino é alto (Duarte, 1998; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015)	7
Como os homens participam (ou poderiam participar) no PF	Conversar com a parceira sobre PF (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016)	9
	Cuidar da saúde reprodutiva (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Withers et al., 2015; Pedro et al., 2016)	4
	Discutir sobre o número de filhos e o espaçamento entre eles (Duarte, 1998; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	13
	Participar/acompanhar a parceira em consultas de PF (Labrada et al., 2001; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Hamdan-Mansour et al., 2016)	3
	Pensar no bem-estar da família e na educação dos filhos (Kiani, 2003; Ijadunola et al., 2010; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	7
	Pensar nos riscos de uma gestação para a mãe e para o bebê (Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Rekha et al., 2015; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001)	4
	Preocupar-se com a saúde reprodutiva feminina (Kiani, 2003; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Rekha et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016)	5
	Prover financeiramente (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	4

Quadro 2 – Principais resultados dos estudos, Brasil, 2019

Categoria temática	Resultados	N.
	Participar da tomada de decisão diante de gravidez não programada (Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014)	4
	Usar (praticar) algum método contraceptivo (ele ou a parceira) (Duarte, 1998; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	14
Fatores que influenciam a participação masculina no PF	Comunicação entre o casal (Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016)	8
	Escolaridade e instrução adequada sobre PF (Duarte, 1998; Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Ijadunola et al., 2010; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Dral et al., 2018)	9
	Influência familiar e tipo de casamento (Mistik et al., 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	6
	Meios de comunicação (Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	9
	Ocupação (Ijadunola et al., 2010)	1
	Opinião de amigos (Mistik et al., 2003; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Ijadunola et al., 2010; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	6
	Políticas públicas (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	9
	Religião (Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Withers et al., 2015)	3
	Serviços de PF adequados ao perfil masculino (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Espírito-Santo; Tavares-Neto, 2004; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	14
Solicitação da esposa (Kiani, 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015)	5	
Status (condição socioeconômica) (Kiani, 2003; Rekha et al., 2015)	2	
Fatores que dificultam a participação masculina no PF	Desejo de mais um filho ou de famílias numerosas (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	8
	Conhecimento limitado (ou equivocado) sobre PF (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016)	9
	Dificuldade de conversar sobre sexualidade e PF (Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Ijadunola et al., 2010; Withers et al., 2015)	4

Quadro 2 – Principais resultados dos estudos, Brasil, 2019

Categoria temática	Resultados	N.
	Medo de a esposa ser (ou vir a ser) promíscua (Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	8
	Medo de serem descobertos casos de infidelidade e de ser submetido a testes de doenças sexualmente transmissíveis (Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015)	2
	Medo dos efeitos colaterais de alguns métodos contraceptivos (Fortunati; Floerchinger-Franks, 2001; Labrada et al., 2001; Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018; Pedro et al., 2016)	11
	Não perceber a necessidade em participar nas consultas de PF (Labrada et al., 2001; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	6
	Papéis de gênero e outros aspectos culturais (Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Hamdan-Mansour et al., 2016; Pedro et al., 2016; Dral et al., 2018)	9
	Programas e funcionários de PF não preparados para o público masculino (Labrada et al., 2001; Mistik et al., 2003; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	7
	Proibição religiosa (Kiani, 2003; Mistik et al., 2003; Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014; Withers et al., 2015)	6
	Receio em relação à opinião de outros membros da sociedade (Orji; Ojofeitimi; Olanrewaju, 2007; Ijadunola et al., 2010; Adelekan; Omoregie; Edoni, 2014; Rekha et al., 2015; Withers et al., 2015; Dral et al., 2018)	6
	Recusa (ou a não solicitação) da esposa (Labrada et al., 2001; Kassa; Abajobir; Gedefaw, 2014)	2

Fonte: Os autores, 2019.

N.: Quantidade de artigos revisados que abordam cada subcategoria.

2.4 DISCUSSÃO

Constatou-se que parte dos homens pesquisados, quando não os próprios pesquisadores, restringe as relações masculinas no PF ao conhecimento e ao uso de métodos contraceptivos. Assim, percebe-se que nos estudos, apesar de comportamentos positivos, nem sempre o envolvimento masculino se dá em mais de uma dimensão do PF, refletindo talvez “a crença de que o responsável final pela prevenção da gravidez é a mulher” (FORTUNATI; FLOERCHINGER-FRANKS, 2001, p. 477)⁷. Quando múltiplos fatores analisados eram confrontados, tais como conhecimento de métodos de contracepção *versus* conhecimento do funcionamento destes métodos, nem sempre a autopercepção dos homens sobre seu conhecimento de PF refletia a realidade (ESPÍRITO-SANTO; TAVARES-NETO, 2004).

⁽⁷⁾ “This apparent contradiction between what respondents perceive they should be doing and what they actually wish to do may reflect a belief that contraception is ultimately a woman’s responsibility”.

Ademais, a participação no PF não é garantia de atitude positiva para empregá-lo, em alguns casos isso se dá negativamente no domínio masculino sobre as decisões reprodutivas, limitando a vontade e as escolhas femininas no PF (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014). Inclusive, alguns dos entrevistados “sugeriram que as mulheres deveriam apresentar permissão por escrito de seus maridos aos prestadores de PF antes de serem autorizadas a praticar contracepção” (WITHERS *et al.*, 2015, p. 205)⁸. Se há os que se envolvem até demais, há aqueles que explicitamente pouco se comprometem (HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016).

Ainda, a aprovação do PF nem sempre é expressa publicamente devido a padrões culturais por vezes contrários (DRAL *et al.*, 2018). Positivamente, um dos estudos apontou que “homens que aprovam o planejamento familiar têm cinco vezes mais chances de adotar um comportamento de controle de fertilidade do que aqueles que não o aprovam” (KIANI, 2003, p. 214)⁹, resultado semelhante ao de Kassa *et al.* (2014). Se em algumas localidades é percebida a falta de conhecimento de PF e baixo engajamento masculino, em outras o pouco conhecimento se reflete de forma contrária, ou seja, no exercício arbitrário de decisões sobre adotar ou não o PF, discutir o número de filhos e quando tê-los (PEDRO *et al.*, 2016). Em síntese, a participação deles no PF é limitada, mas são percebidos o aumento do conhecimento de PF e as mudanças de atitude, embora lentamente, em direção a maior envolvimento.

Ainda que em sete estudos a maioria dos homens considere que o casal deve ser conjuntamente o responsável pelas questões relativas ao PF e, ao mesmo tempo, eles relatam estar realmente envolvidos (DUARTE, 1998; ESPÍRITO-SANTO; TAVARES-NETO, 2004; FORTUNATI; FLOERCHINGER-FRANKS, 2001; KIANI, 2003; ORJI; OJOFEITIMI; OLANREWaju, 2007; REKHA *et al.*, 2015; WITHERS *et al.*, 2015), em outros cinco estudos declaradamente afirmam que as mulheres devem ser as principais responsáveis e que na prática eles de fato pouco participam (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014; DRAL *et al.*, 2018; IJADUNOLA *et al.*, 2010; KASSA; ABAJOBIR; GEDEFaw, 2014; LABRADA *et al.*, 2001). Isso reflete padrões culturais e representações sociais de gênero que justificam a isenção deles em determinados assuntos e os distanciam do PF, relegando à mulher o encargo e a responsabilidade exclusivos.

Se, por um lado, verifica-se certa visão apequenada em relação ao papel masculino no PF, reduzindo-o ao uso de métodos contraceptivos (ORJI; OJOFEITIMI; OLANREWaju,

⁽⁸⁾ “Two men suggested that women should be required to present written permission from their husbands to FP providers before being allowed to practice contraception”.

⁽⁹⁾ “It also appears that men who approve of family planning are five times more likely to adopt fertility control behaviour than those who do not approve of it”.

2007), observam-se alguns indicativos da atual participação deles ou de possíveis atividades nas quais poderiam se envolver. Positivamente, muitos homens parecem reconhecer que discutir sobre o número de filhos a serem gerados e o espaçamento entre eles é uma atividade de PF (IJADUNOLA *et al.*, 2010), mesmo que nem todos concordem com a limitação da prole (MISTIK *et al.*, 2003). Negativamente, destaca-se que pensar nos riscos para a mãe e para o bebê de uma possível gestação como um tópico a ser avaliado no PF apareça apenas em quatro estudos (FORTUNATI; FLOERCHINGER-FRANKS, 2001). Talvez esse resultado não seja tão conclusivo, visto que o próprio método de captação de dados das pesquisas, no caso do emprego de questionários semiestruturados em estudos quantitativos, não abriria ou restringiria a possibilidade de elencar esse cuidado, refletindo a própria visão dos pesquisadores em relação ao que o PF se refere.

Entre os fatores que poderiam influenciar uma participação mais responsável dos homens no PF, predominou a necessidade de criar e fortalecer serviços de PF adequados ao perfil masculino (LABRADA *et al.*, 2001). Soma-se a esse fator, a responsabilidade do Estado em implementar políticas públicas que visem qualificar o envolvimento deles no PF (DRAL *et al.*, 2018). Em relação aos casais, foi verificado que quanto melhor a comunicação do casal sobre sexualidade e PF, melhor o engajamento, algo indicado por eles mesmos (PEDRO *et al.*, 2016). Entretanto, a depender do contexto em que estão inseridas, algumas mulheres não contam com a iniciativa masculina (IJADUNOLA *et al.*, 2010) nem têm liberdade para iniciar o assunto, como se observou em um dos estudos:

Os homens deste estudo sentiram que não era sua responsabilidade iniciar discussões sobre PF com suas esposas, mas reconheceram as inúmeras consequências negativas que as mulheres poderiam enfrentar ao abordar o assunto com seus maridos. As mulheres estavam na posição precária de ter que alcançar um delicado equilíbrio entre serem proativas e subordinadas (WITHERS *et al.*, 2015, p. 210)¹⁰.

Tão extensa quanto a lista de fatores que aproximariam os homens do PF, a de fatores negativos que dificultam sua participação reflete conhecimento equivocado sobre o assunto e, por vezes, escancara, um conformismo machista. Aos resultados que explicitamente indicam o limitado (ou equivocado) conhecimento sobre contraceptivos (HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016), somam-se os estudos que apontam alguns medos não bem fundados dos efeitos

¹⁰ “Men in this study felt that it was not their responsibility to initiate FP discussions with their wives, yet they acknowledged the numerous negative consequences women could face in raising the topic with their husbands. Women were in the precarious position of having to achieve a delicate balance between being proactive and deferential”.

colaterais de alguns métodos de contraceptivos (REKHA *et al.*, 2015) e o pensamento errôneo de que o desejo de mais um filho ou de famílias numerosas seria contrário à prática do PF (KASSA; ABAJOBIR; GEDEFW, 2014). Arelado aos resultados que indicam que os papéis de gênero e outros aspectos culturais podem influir negativamente está o machismo (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014), explícito pela desconfiança de a companheira ser (ou vir a ser) promíscua por solicitar falar sobre PF e desejar usar métodos contraceptivos (ORJI; OJOFEITIMI; OLANREWAJU, 2007), bem como o receio em relação à opinião de outros membros da sociedade (REKHA *et al.*, 2015). Além disso, existe também o medo de eles próprios serem descobertos em seus casos de infidelidade quando questionados nos consultórios de PF ou submetidos a testes de doenças sexualmente transmissíveis (KASSA; ABAJOBIR; GEDEFW, 2014): “‘Às vezes, o médico pode me perguntar quantas parceiras tive nos últimos meses e não quero que minha esposa saiba disso’ (pai de quatro, 49 anos)” (WITHERS *et al.*, 2015, p. 206)¹¹.

Por fim, nem todos os fatores que reforçam o afastamento masculino do PF são infundados ou são desculpas; por isso, há de se alertar, como já assinalado anteriormente, que as próprias políticas públicas de alguns países, dos programas de PF e dos profissionais da saúde não consideram na prática os homens como corresponsáveis pelo PF. Isso alimenta ainda mais a distância deles do PF, como se vê em alguns dos relatos: “‘Quando o planejamento familiar foi introduzido, os programas tinham como alvo as mulheres, então os homens não encontram razões pelas quais deveriam estar envolvidos agora. Por que devo ir à clínica com minha esposa enquanto todas as perguntas são direcionadas a ela?’ (pai de cinco, 43 anos)” (WITHERS *et al.*, 2015, p. 207)¹²; “‘A maneira como podemos incentivar os homens a seguirem suas esposas até a clínica de PF é se o governo puder educar seu pessoal de saúde para mudar para melhor sua atitude em relação a seus clientes’ (participante do grupo focal de mais velhos)” (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014, p. 7)¹³; “‘Quando eu vou para a clínica de PF, são mais mulheres do que homens, por isso me sinto tímido [...] sim, eu me sentiria envergonhado de ir à clínica’ (homem, 24 anos)” (DRAL *et al.*, 2018, p. 37)¹⁴.

¹¹ “‘Sometimes the doctor can ask me how many partners I’ve had in the last few months, and I don’t want my wife to know about it’ (father of four, age 49)”.

¹² “‘When family planning was introduced the programs targeted women, so men do not find reasons why they should be involved now. Why should I go to the clinic with my wife while all questions are directed to her?’ (father of five, age 43)”.

¹³ “‘The way we can encourage men to follow their wives to FP clinic is if government can educate their health personnel to change their attitude better towards their clients’ (participant in older focus group)”.

¹⁴ “‘When I go to the FP clinic, it’s a lot of women than men that’s why I feel shy [...] yes, I would feel ashamed going to the clinic’ (male, age 24)”.

2.5 CONSIDERAÇÕES

A ideia corrente de que as questões de PF são assunto de mulher pôde ser verificado na incoerência entre as respostas dos homens quando questionados sobre quem deveria ser o responsável pelo PF e quem exerce o papel atualmente em suas famílias. Apesar de muitos dos entrevistados assinalarem que o casal é responsável pelo PF, a prática deles não corresponde, assumindo a mulher maior responsabilidade.

Ainda, diante do medo dos efeitos colaterais dos métodos contraceptivos ou para manter-se em grau de superioridade sobre a mulher, não surpreende a constatação de que alguns preferam a esterilização da parceira à sua própria (REKHA *et al.*, 2015). Ou seja, representações sociais de gênero podem agir tanto como fator altamente determinante para o engajamento masculino quanto para o não-engajamento. Assim, homens em sociedades com relações de gênero mais igualitárias tenderiam a ser mais favoráveis à sua inserção no PF. O contrário também parece ser verdade, homens em sociedades fortemente marcadas pelo patriarcalismo podem exercer papéis arbitrários e interferir negativamente sobre as decisões reprodutivas, impondo suas vontades sobre as das companheiras. Nesse contexto, observa-se que alguns acreditam que suas esposas seriam (ou poderiam vir a ser) promíscuas por desejarem discutir sobre PF, por vezes, projeção de suas próprias práticas. Nessa relação desigual e de articulação de poder nas relações de gênero no âmbito do PF, vê-se quanto as mulheres em diversos contextos ainda continuam lesadas e relegadas à invisibilidade (SCOTT, 1995).

Além disso, a resistência masculina em participar das consultas de PF, entre outros fatores, também deve ser relacionada ao despreparo dos programas de PF e dos profissionais de saúde para atender tal público (FRANZE *et al.*, 2019), o que reforça a necessidade de políticas públicas adequadas para reverter esse quadro.

Ademais, mesmo que um considerável número de estudos aponte para um bom conhecimento masculino no PF e até mesmo uma melhora em seu envolvimento, parte dos homens pesquisados, e em alguns casos os próprios pesquisadores, restringe as relações masculinas no PF ao conhecimento, à aceitabilidade e ao uso de métodos contraceptivos. Esse tipo de pensamento precisa ser superado, visto que favorece o distanciamento e a limitação da atuação dos homens no PF.

Assim, acredita-se ser necessária uma revisão conceitual, que leve em conta a variedade de atividades que o PF pode abarcar e que os homens sejam considerados. Com base nisso, sugere-se que estejam presentes pelo menos estes elementos:

- 1) Pensar nos riscos para a mãe e o bebê em uma possível gestação.
- 2) Preocupar-se com a saúde reprodutiva feminina, recordando que para isso também é necessário cuidar da saúde reprodutiva do homem.
- 3) Discutir sobre o número de filhos e o espaçamento entre eles, visando o bem-estar da família e a educação dos filhos.
- 4) Dialogar sobre o exercício responsável da sexualidade humana.
- 5) Participar de serviços de saúde ou grupos de apoio que discutam e auxiliem as questões de PF.
- 6) Discutir como fazer isso. Será necessário um método contraceptivo? Qual o melhor método o casal, com cumplicidade e liberdade de consciência, poderá empregar?

Finalmente, compreende-se que, mesmo sendo essa uma revisão integrativa de literatura com a maioria de seus estudos internacionais, tendo em vista a multidiversidade cultural brasileira, muitos dos resultados obtidos poderiam ser replicados mediante estudos empíricos também no país.

3 ARTIGO 2 - PERCEPÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE MASCULINA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Perception of male participation and responsibility in family planning¹⁵

Resumo

Este artigo analisa a percepção da participação e responsabilidade masculina no planejamento familiar. Trata-se de pesquisa descritiva e analítica, com abordagem quantitativa, a partir de dados de 512 pais, amostra primária, e 1662 mães, amostra secundária. Os resultados indicam que dois quintos dos pais não planejaram a gravidez do primeiro filho; um terço afirma que esse filho não foi um projeto de casal; metade confessa não ter pensado nos riscos de saúde relacionados à gravidez; e dois a cada cinco reconhecem que não avaliaram as condições econômicas antes da primeira gestação. Contrariando à hipótese inicial, de que os homens participam menos do planejamento familiar, verificou-se que a percepção feminina da própria participação delas foi estatisticamente semelhante em todas as variáveis analisadas. Esses achados sugerem que existam problemas comuns a ambos os sexos, como educação sexual e de PF insuficientes. Nesse contexto, nota-se a necessidade de qualificar, mediante a educação para o PF, a participação masculina (e não apenas deles). Essa educação deve visar superar o “ter filhos sem pensar no assunto”.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Gênero. Saúde reprodutiva. Políticas públicas de saúde.

Abstract

This article analyzes the perception of male participation and responsibility in family planning. It is a descriptive and analytical research, with a quantitative approach, based on data from 512 fathers, primary sample, and 1662 mothers, secondary sample. The results indicate that two-fifths of the parents did not plan the pregnancy of their first child; one third said that this child was not a double project; a half confesses to not having thought about the health risks related to pregnancy; and two out of five acknowledge that they did not assess economic conditions before the first pregnancy. Contrary to the initial hypothesis that men participate less in family planning, it was found that the female perception of their own participation was statistically similar in all variables analyzed. These findings suggest that there are problems common to both sexes, such as insufficient sex and FP education. In this context, there is a need to qualify, through education for the FP, male participation (and not just theirs). This education should aim to overcome “having children without thinking about it”.

Keywords: Family planning. Gender. Reproductive health. National health Policy.

¹⁵ Texto base do artigo a ser submetido. Pesquisa realizada com bolsa concedida no âmbito do acordo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Fundação Araucária. Processo número: 88887.353866/2019-00.

3.1 INTRODUÇÃO

O planejamento familiar (PF) vem sendo construído no Brasil a partir de uma série de políticas públicas, principalmente a partir da década de 1970. Anteriormente a este período, o PF estava basicamente legado à saúde da mulher e era considerado apenas em sua dimensão procriativa, priorizando-se cuidados voltados ao ciclo gravídico-puerperal. A saúde pública tinha caráter pró-natalista e a medicina ainda muito influenciada por uma visão cultural paternalista, reforçava a naturalização das diferenças entre os sexos, enfatizando a visão da mulher como mãe (HEILBORN *et al.*, 2009).

Assim impera na sociedade brasileira uma percepção de que o PF é assunto de mulher. Embora existam movimentos que convidem o homem a também participar deste processo, os programas de saúde que promovem o PF estão claramente no âmbito da saúde da mulher (FRANZE *et al.*, 2019), como se constata a seguir.

No início da década de 1980, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, os movimentos sociais passam a contestar o regime político vigente e a reivindicar a reformulação do modelo de assistência à saúde no país. Amplos debates ocorreram envolvendo movimento formado por sanitaristas, profissionais de saúde, pesquisadores, sindicalistas, feministas, que lutavam pela reforma da saúde brasileira, pautada nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. No âmbito da saúde da mulher, este movimento participou da formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado em 1983, pelo Ministério da Saúde (SANTOS, 2010). O PAISM representou um marco na história das políticas públicas voltadas às mulheres, incorporando seus direitos de cidadania. Seus princípios questionavam a relação autoritária entre profissionais de saúde e usuárias, enfatizavam as práticas educativas em grupo, discutindo a fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino, sexualidade, métodos anticoncepcionais, com metodologias que incentivavam a participação das usuárias, além de promover fortes críticas às políticas demográficas (HEILBORN *et al.*, 2009). O PAISM foi a expressão inicial e o primeiro programa governamental que aplicou os princípios de universalidade e integralidade, salientando a preocupação com a prevenção de agravos oriundos da falta de cuidados pré-natais e de PF. O PAISM representa uma conquista da sociedade brasileira, no entanto, deve-se evidenciar que, ao situar o PF no contexto da saúde da mulher, emblematicamente não dá ênfase à participação masculina. O mesmo se vê no âmbito internacional, quando a agenda do PF ocorre no contexto de reivindicações femininas.

No âmbito internacional as principais iniciativas surgiram a partir de várias conferências como a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada na cidade de Cairo (Egito) em 1994, onde foram discutidos o direito reprodutivo, o PF e a importância disto para a erradicação da pobreza e desenvolvimento dos países. Por sua vez, na IV Conferência Internacional sobre a Mulher, que aconteceu na cidade de Pequim, China, no ano de 1995, a questão do PF é intensificada. “Podemos afirmar que tal evento constituiu-se como a mais importante Conferência Mundial sobre a Mulher, seja pelo quantitativo de participantes, seja pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou” (XAVIER; ROSATO, 2016, p. 122).

No Brasil, a Lei de Planejamento Familiar de 1996, foi a principal iniciativa governamental no sentido de garantir os direitos fundamentais em saúde sexual e reprodutiva, que determinava no seu artigo principal que “para o exercício do direito ao PF, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção” (BRASIL, 1996).

É consenso entre os especialistas que o PF permite aos indivíduos distanciarem e/ou limitarem as gestações de acordo com seu desejo, com impacto direto em sua saúde e bem-estar, bem como sobre o resultado de cada gestação e pode atrasar a gravidez em mulheres de qualquer idade, reduzindo os riscos de problemas de saúde e de mortalidade materna e infantil (MOURA; GOMES, 2014). Além disso, ao reduzir as taxas de gravidez indesejada, o PF reduz a necessidade de abortos inseguros, que responde por 13% da mortalidade materna global.

Por fim, o acesso ao PF é marcado pela disponibilidade de meios e métodos para a efetivação do plano e desejo dos envolvidos o que pressupõem uma tomada de consciência de sua relevância. Em uma sociedade secular acolhe-se a diversidade de projetos parentais, mas não deixa de questionar a ausência destes projetos. Busca-se a superação do ‘ter filhos sem pensar no assunto’, por isso, nesta área, a promoção em saúde está fortemente relacionada com educação para o PF. Assim sendo, o acesso ao PF que se busca exige a participação de todas as pessoas envolvidas. Evidentemente que a participação masculina intensificada pode representar um significativo avanço na qualidade de planejamento que se busca (EQTAIT; ABUSHAIKHA, 2019; JOSHI, 2015).

Tendo em vista que o PF precisa ser assumido igualmente por todos os envolvidos, o escopo deste artigo se situa no âmbito de investigar a percepção masculina a respeito de sua participação e responsabilidade no PF.

3.2 MÉTODO

3.2.1 Desenho, instrumento e coleta de dados

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem quantitativa. Este estudo utiliza parcialmente um banco de dados, fruto de investigação de campo efetivada a partir da aplicação do Instrumento de Pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. Desse modo, esta investigação é parte de um projeto maior aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR, sob o parecer: 770.977 (GRUPO PARENTALIDADE, 2014).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi elaborado e validado para o contexto local (SANCHES *et al.*, 2015), e consta de 56 questões relacionadas ao PF e viabiliza identificar, entre outros elementos, a percepção masculina em relação à sua própria participação e responsabilidade no PF.

Os questionários foram aplicados em várias localidades do Estado do Paraná, Sul do Brasil. O estudo foi realizado em encontros organizados por instituições religiosas (45%), educacionais (35%) e sociais (20%), entre 2014 e 2019. O critério de inclusão era possuir, ao menos, um filho e o de exclusão estar vivenciando uma gravidez no momento da pesquisa. No total, foram respondidos 2196 questionários válidos, relacionados à gravidez do primeiro filho. Dentre estes, 512 identificaram-se como respondentes masculinos e 1662 como participantes femininas.

Para esta análise, foram considerados primariamente os dados do sexo masculino e comparativamente os dados femininos. Foram utilizadas quatro variáveis dependentes relacionadas à concepção do primeiro filho. A primeira considerou-se como uma variável geral (planejou a gravidez do seu primeiro filho) e as outras três foram consideradas como variáveis específicas do planejamento dessa gestação (a gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal; pensou nos riscos de saúde relacionados a ter filhos - antes da gravidez do primeiro filho; e avaliou as condições econômicas para cuidar do bebê - antes da gravidez do primeiro filho).

3.2.2 Análise estatística

Os dados foram sistematizados com uso do *software* de análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 25, e estatísticas descritivas foram utilizadas para explorar a amostra. Utilizou-se o Teste Qui-Quadrado para análise estatística dos dados e a significância estatística foi aceita em valores de p inferiores a 0,05.

3.3 RESULTADOS

Apresenta-se, na Tabela 1, os dados sociodemográficos dos participantes no momento da gravidez do primeiro filho. Os participantes masculinos (amostra principal deste estudo), nessa transição para a parentalidade, eram majoritariamente jovens (90,1% tinha até 30 anos), casados ou em união estável (78,4%), residiam com a companheira (63,9%), com pelo menos o ensino fundamental completo (82,9) e trabalhavam (87,4%).

Tabela 1 – Tabela sociodemográfica da amostra no momento da gravidez do primeiro filho, Brasil, 2020 (Destaque dos autores à amostra principal)

		Fem. n. (%)	Masc. n. (%)	Total n. (%)
Idade na gravidez do primeiro filho	Antes de 15 anos	61(3,8)	10(2,1)	71(3,4)
	Entre 16 e 18 anos	314(19,4)	56(11,7)	370(17,7)
	Entre 19 e 21 anos	410(25,4)	124(26,0)	534(25,5)
	Entre 22 e 30 anos	682(42,2)	240(50,3)	922(44,1)
	Acima de 31 anos	148(9,2)	47(9,9)	195(9,3)
	Total	1615(100,0)	477(100,0)	2092(100,0)
Estado civil na gravidez do primeiro filho	Solteiro	285(17,4)	99(19,9)	384(18,0)
	Casado	1149(70,2)	353(71,0)	1502(70,4)
	Divorciado	18(1,1)	5(1,0)	23(1,1)
	Viúvo	18(1,1)	2(0,4)	20(0,9)
	União Estável	153(9,4)	37(7,4)	190(8,9)
	Separado Judicialmente	13(0,8)	1(0,2)	14(0,7)
	Total	1636(100,0)	497(100,0)	2133(100,0)
Com quem você morava quando soube da gravidez do primeiro filho	Sozinha(o)	56(3,4)	18(3,7)	74(3,5)
	Com os amigos	23(1,4)	4(0,8)	27(1,3)
	Com os pais	315(19,2)	128(26,2)	443(20,8)
	Com o(a) parceiro(a)	1149(69,9)	312(63,9)	1461(68,5)
	Outro	101(6,1)	26(5,3)	127(6,0)
	Total	1644(100,0)	488(100,0)	2132(100,0)
Escolaridade na gravidez do primeiro filho	Ensino fundamental incompleto	269(16,5)	85(17,1)	354(16,6)
	Ensino fundamental completo	581(35,7)	164(32,9)	745(35,0)
	Ensino médio completo	504(30,9)	181(36,3)	685(32,2)
	Ensino superior completo	275(16,9)	68(13,7)	343(16,1)
	Total	1629(100,0)	498(100,0)	2127(100,0)
Situação de emprego na gravidez do primeiro filho	Empregado(a)	789(48,1)	341(69,3)	1130(53,0)
	Desempregado(a)	181(11,0)	33(6,7)	214(10,0)
	Autônomo(a)	121(7,4)	89(18,1)	210(9,8)
	Do lar	503(30,6)	16(3,3)	519(24,3)
	Outro	48(2,9)	13(2,6)	61(2,9)
	Total	1642(100,0)	492(100,0)	2134(100,00)

Fonte: Os autores, 2020.

Nas questões que mediam diretamente o planejamento da gravidez do primeiro filho, os participantes deveriam posicionar-se a partir de uma escala Tipo-Likert de cinco pontos, sendo o índice zero para nenhuma concordância e 4 para máxima concordância.

Não há diferença significativa entre as respostas masculinas e femininas em nenhuma das quatro variáveis analisadas (Tabela 2).

Tabela 2 – Planejamento da gravidez do primeiro filho por sexo do participante, Brasil, 2020

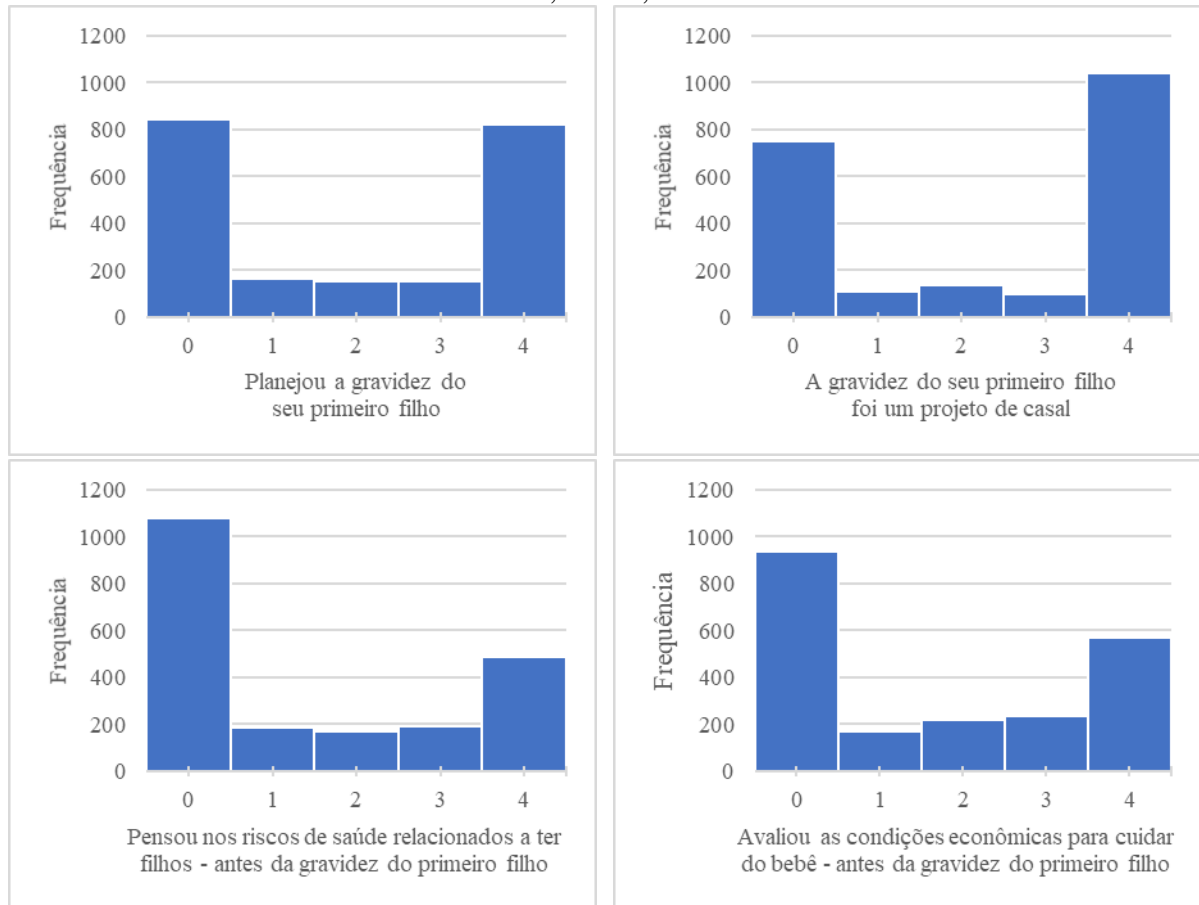
Variáveis		0	1	2	3	4	Valor P
Planejou a gravidez do seu primeiro filho	Fem.	641(39,3)	123(7,5)	114(7)	115(7)	640(39,2)	0,892 (NS)
	Masc.	205(40,8)	40(8,0)	37(7,4)	37(7,4)	184(36,6)	
	Total	846(39,6)	163(7,6)	151(7,1)	152(7,1)	824(38,6)	
A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal/decisão dos dois	Fem.	567(34,7)	87(5,3)	101(6,2)	77(4,7)	800(49,0)	0,803 (NS)
	Masc.	182(36,2)	22(4,4)	36(7,2)	23(4,6)	240(47,7)	
	Total	749(35,1)	109(5,1)	137(6,4)	100(4,7)	1040(48,7)	
Pensou nos riscos de saúde relacionados a ter filhos - antes da gravidez do primeiro filho	Fem.	829(51,4)	145(9,0)	118(7,3)	154(9,5)	368(22,8)	0,190 (NS)
	Masc.	252(50,6)	40(8,0)	51(10,2)	38(7,6)	117(23,5)	
	Total	1081(51,2)	185(8,8)	169(8,0)	192(9,1)	485(23,0)	
Avaliou as condições econômicas para cuidar do bebê - antes da gravidez do primeiro filho	Fem.	729(44,8)	119(7,3)	158(9,7)	186(11,4)	437(26,8)	0,099 (NS)
	Masc.	209(41,5)	50(9,9)	62(12,3)	49(9,7)	134(26,6)	
	Total	938(44,0)	169(7,9)	220(10,3)	235(11,0)	571(26,8)	

Fonte: Os autores, 2020.

NS: Não significativo em relação ao sexo do participante.

As frequências mostram uma distribuição de extremos em todas as questões. Assim os(as) participantes com maior frequência ou concordam plenamente, mostrando um maior planejamento, ou discordam plenamente, o que mostra a falta de planejamento. Uma frequência de extremos com bastante semelhança entre planejamento e não planejamento acontece na questão que pergunta de forma mais geral sobre o planejamento do primeiro filho. A questão sobre a gravidez ter sido um projeto do casal apresenta frequência maior em relação à concordância, no entanto a diferença é pequena. A frequência de discordância em relação a concordância total é claramente maior nas questões sobre os riscos à saúde materno-infantil e às condições econômicas (Figura 1).

Figura 1 - Histogramas de frequência das variáveis do planejamento da gravidez do primeiro filho, Brasil, 2020



Fonte: Os autores, 2020.

3.4 DISCUSSÃO

A análise e discussão dos dados foram realizadas a partir de três tópicos: comportamento masculino em relação ao PF; quem deve ser o responsável pelo PF; como os homens participam (ou poderiam participar) no PF.

3.4.1 Comportamento masculino em relação ao PF

Esta pesquisa indica que 36,6% dos pais percebe ter planejado ao máximo a gravidez do seu primogênito. Esse é um aspecto positivo, ainda mais quando somado aos outros 22,8% de pais que considera ter planejado essa gestação em alguma medida (índices de 1 a 3), revelando boa intenção de planejar ou presença de um planejamento implícito. Esses achados corroboram com os estudos de Withers *et al.* (2015), Rekha *et al.* (2015), Orji, Ojofeitimi e Olanrewaju (2007), Espírito-Santo e Tavares-Neto (2004), Kiani (2003), Fortunati e Floerchinger-Franks (2001) e Duarte (1998), nos quais se observam, em suas amostras, bom

envolvimento masculino no PF. Além disso, nos mesmos estudos, verifica-se que os participantes possuem bom conhecimento de PF.

Por outro lado, esta investigação, revela que uma percentagem igualmente elevada de pais (40,8%) assinala que não planejou a gravidez do seu primeiro filho, o que corrobora com outros estudos empíricos que verificam pouco envolvimento masculino em aspectos do PF (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014; DRAL *et al.*, 2018; HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016; IJADUNOLA *et al.*, 2010; KASSA; ABAJOBIR; GEDEFW, 2014; LABRADA *et al.*, 2001; MISTIK *et al.*, 2003)

Esse achado negativo encontra ressonância em outras observações de estudos empíricos. Uma parte dos homens não sabe que informações e materiais de PF podem ser obtidos em centros de saúde, não conhece uma diversidade suficiente de métodos modernos de contraceção e seus mecanismos de funcionamento ou alega nunca ter escutado falar sobre esterilização voluntária (KAIDA *et al.*, 2005; MOREIRA *et al.*, 2008; PUSPITA; HERNAWATI; NINGTYIAS, 2018). E, por vezes, essa falta de conhecimento sobre PF está aliada ao exercício arbitrário deles sobre as decisões da companheira em adotar ou não o PF, da quantidade de filhos e de quando tê-los (PEDRO *et al.*, 2016).

Outras pesquisas demonstram que, mesmo entre os homens que declaram ter bom conhecimento sobre PF, quando outras variáveis são confrontadas, é possível constatar inconsistência nas respostas, como se discutirá mais amplamente no último tópico, revelando conhecimento errôneo ou limitado, além de resistência ao uso de métodos contraceptivos, falta de participação em serviços de PF e ausência na tomada de decisões sobre o assunto (ESPÍRITO-SANTO; TAVARES-NETO, 2004; IJADUNOLA *et al.*, 2010). O mesmo se passa em relação àqueles que dizem aprovar o PF, mas não traduzem isso na prática (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014; MISTIK *et al.*, 2003). Além disso, identifica-se certo distanciamento deles, pelo menos de uma parcela considerável, de questões referentes à saúde reprodutiva (CASARIN; SIQUEIRA, 2014; DRAL *et al.*, 2018).

Em alguns contextos, observa-se, também, que uma parte dos homens investigados até participa, em alguma medida, do PF tomando as decisões finais sobre o número de filhos, espaçamento entre eles e o uso de métodos de contraceção, porém, esquiva-se da responsabilidade em evitar a gravidez (PEDRO *et al.*, 2016; WITHERS *et al.*, 2015).

Por fim, a ausência de PF se evidencia ao não discutir sobre o assunto com a companheira, à explicitamente não o aprovar, ao não incentivar ou dar suporte à sua prática e ao não participar direta ou mais efetivamente no uso de métodos de contraceção (HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016; KASSA; ABAJOBIR; GEDEFW, 2014).

3.4.2 Quem é o responsável pelo PF?

Embora apenas 36,6% dos homens deste estudo assinale índice máximo ao planejamento da gestação do primogênito, 47,7% deles confere índice máximo quando questionados se tal gravidez foi um projeto de casal ($p < 0,0001$). Este achado corrobora as conclusões dos poucos estudos nacionais (DUARTE, 1998; ESPÍRITO-SANTO; TAVARES-NETO, 2004) e outros internacionais (ORJI; OJOFEITIMI; OLANREWAJU, 2007; REKHA *et al.*, 2015), nos quais os homens consideram que o casal conjuntamente deve ser responsável pelo PF.

Por outro lado, 36,2% dos homens deste estudo assegura que a gravidez do primeiro filho não foi de nenhum modo um projeto de casal. Esse dado é esperado, visto que 40,8% considera não ter planejado essa gestação, logo, provavelmente não foi projeto de nenhuma das partes.

Ainda que a questão não interroge os entrevistados acerca de quem eles consideram o(a) responsável (ou os responsáveis) pelo PF, cabe sinalizar que em algumas culturas observa-se a crença de que a responsabilidade final da prevenção da gravidez é da mulher (DIAS *et al.*, 2017; VIEIRA *et al.*, 2013), ao ponto de uma parcela dos próprios homens afirmar isso explicitamente (JUNGARI; PASWAN, 2019; WITHERS *et al.*, 2015).

Assim, por exemplo, constata-se que os argumentos masculinos para não participarem das consultas e programas de PF refletem a opinião de que são apenas para as mulheres (DIAS *et al.*, 2017). A situação agrava-se quando alegam que não há necessidade de sua participação na escolha de um método contraceptivo, pois este é um problema exclusivamente delas (LABRADA *et al.*, 2001). Alguns deles chegam a afirmar tacitamente que participar de consultas de PF é uma perda de tempo. Não apenas a consulta e a escolha do método podem ser vistas como atividades femininas, alguns dos homens delegam a elas todo o PF (KASSA; ABAJOBIR; GEDEFW, 2014; PEDRO *et al.*, 2016).

Reforçam essa mentalidade os programas de PF demasiadamente restritos ao público feminino e profissionais de saúde sem preparo para aconselhar homens sobre práticas sexuais seguras e métodos masculinos (CASARIN; SIQUEIRA, 2014; COUTO *et al.*, 2010). Inclusive, alguns(algumas) profissionais chegam ao ponto de poder emitir opiniões negativas sobre esses métodos (FRANZE *et al.*, 2019; KOFFI *et al.*, 2018). Isso os faz sentirem-se constrangidos e desmotivados em compartilhar salas cheias de mulheres, o que os justifica, na opinião deles, ausentarem-se (KAIDA *et al.*, 2005; KOFFI *et al.*, 2018). Ainda, corroboram negativamente para esse cenário os anúncios de PF exclusivamente direcionados ao público

feminino, vinculados nos meios de comunicação, o machismo estrutural (BRITO; SANTOS, 2011; DRAL *et al.*, 2018) e a falta de políticas públicas que visem sua maior adesão (ORJI; OJOFEITIMI; OLANREWAJU, 2007; PEDRO *et al.*, 2016).

Na prática, percebe-se a desproporcionalidade entre o uso de métodos de contracepção feminino e os métodos masculinos ou de casal. Esse fenômeno pode ser verificado em diferentes culturas e não deve ser simplesmente justificado pelo fato de existirem mais métodos disponíveis para as mulheres. Uma parcela considerável de homens responde negativamente quando perguntados se usariam algum método contraceptivo sistêmico masculino, se disponível, ou se aceitariam sua própria esterilização, chegando ao ponto de afirmar preferir que fosse realizada a esterilização da companheira (FORTUNATI; FLOERCHINGER-FRANKS, 2001; REKHA *et al.*, 2015).

Por fim, a participação masculina no PF e na prevenção da gravidez indesejada em muitos contextos é visto limitada e erroneamente como permitir apenas que a parceira frequente uma unidade de saúde para acesso ao PF e utilize um método contraceptivo, sem maior envolvimento (CARVALHO; PIROTTA; SCHOR, 2001; MORAIS *et al.*, 2014).

3.4.3 Como os homens participam (ou poderiam participar) no PF

Neste estudo, as percepções masculinas sobre sua participação e responsabilidade no PF, de modo particular em relação à gravidez do primeiro filho, refletem o quanto há incompreensões ou visões limitadas do que seria planejar a família. Por vezes, como já se aludiu, verifica-se que para alguns planejar se reduz ao uso de métodos de contracepção quando não se deseja a gravidez, para outros trata-se apenas do fato de querer gerar um filho, sem considerar as implicações para isto (WITHERS *et al.*, 2015).

Assim, vê-se um indicativo disso quando 50,6% dos participantes masculinos assegura que não pensaram no risco de saúde relacionados a ter um filho antes da gravidez, diferença significativamente maior que os 40,8% que alega não ter planejado essa gestação ($p < 0,0001$). Ainda, comparativamente, a percentagem dos que atribuem índice máximo ao planejamento do primeiro filho (36,6%) recua significativamente para 23,5% quando perguntados se pensaram nos riscos à saúde ($p < 0,0001$) e 26,6% nas condições econômicas ($p < 0,0001$). Esses dados preocupam, pois nota-se que a compreensão sobre planejar a gravidez parece não considerar fatores de risco à saúde materno-infantil e à estabilidade financeira.

Diante disso, elenca-se alguns componentes do PF, a partir da colaboração de diversos estudos, em que se pode pensar uma participação masculina mais global: conversar com a

parceira sobre PF (VIRK *et al.*, 2013), cuidar da sua própria saúde reprodutiva (FRANZE *et al.*, 2019), discutir sobre o número de filhos e o espaçamento entre eles (YILMAZEL *et al.*, 2019), participar com a parceira das consultas de PF (HAMDAN-MANSOUR *et al.*, 2016), pensar no bem-estar da família e na educação dos filhos (KIANI, 2003), pensar nos riscos de uma gestação para a mãe e o bebê (FORTUNATI; FLOERCHINGER-FRANKS, 2001), preocupar-se com a saúde reprodutiva feminina (ADELEKAN; OMOREGIE; EDONI, 2014), ajudar a prover financeiramente (CARVALHO; PIROTTA; SCHOR, 2001), participar da tomada de decisão diante de gravidez não programada (MARCOLINO; GALASTRO, 2001), por fim, discutir sobre usar/praticar algum método de contracepção (DUARTE, 1998; JUNGARI; PASWAN, 2019). Todas essas ações deveriam ser realizadas em clima de diálogo sincero e de igualdade entre os parceiros.

Portanto, como se pode observar, os homens têm muito com o que ser corresponsáveis no PF, no entanto, vê-se que parte deles, das próprias companheiras, dos programas de PF, dos(as) profissionais de saúde e até mesmo de alguns pesquisadores(as) restringem a participação deles ao uso de métodos contraceptivos masculinos ou da permissão deles para que as companheiras possam empregar algum método.

3.5 CONSIDERAÇÕES

É significativo analisar o comportamento dos homens nas questões relacionadas ao PF, visto que estudos revelam quanto a aprovação deles ao PF pode impactar positivamente na atitude do casal em utilizar algum método de controle da fertilidade (IJADUNOLA *et al.*, 2010; KIANI, 2003). Por outro lado, há a percepção de senso comum de que o PF é assunto de mulher, a qual confirma-se na literatura, principalmente quanto à participação nos programas de saúde.

Diante disso, este estudo objetivou investigar a percepção masculina a respeito de sua participação e responsabilidade no PF. Os achados indicam que dois quintos dos pais não planejaram a gravidez do primeiro filho; um terço afirma que esse filho não foi um projeto de casal; metade confessa não ter pensado nos riscos de saúde relacionados a gravidez; e dois a cada cinco reconhecem que não avaliaram as condições econômicas antes da primeira gestação. Contudo, este estudo não pôde corroborar com as pesquisas que apontam menor envolvimento masculino no PF do que o envolvimento feminino, pois não houve diferença entre as percepções masculinas e femininas a respeito de suas próprias participações no planejamento da gravidez do primogênito. Sendo igualmente alta a prevalência de homens e

mulheres que consideraram não ter planejado essa gestação, sugere-se que existam problemas comuns a ambos os sexos, como, por exemplo, educação sexual e de PF insuficientes.

Nesse contexto, nota-se a necessidade de qualificar, mediante a educação para o PF, a participação masculina (e não apenas deles). Essa educação visa superar o “ter filhos sem pensar no assunto” e uma possível crença de que a prevenção da gravidez é responsabilidade exclusiva da mulher. Para isso, urge no país a necessidade do desenvolvimento de estratégias para incluir os homens na promoção da saúde reprodutiva e nos programas de PF da Atenção Básica.

Outro aspecto que necessita de mais atenção, é o fato de alguns dos estudos empíricos disponíveis, por vezes, restringirem as pesquisas sobre a participação masculina no PF ao conhecimento e uso de métodos de contracepção, o que dificulta uma análise mais ampla do fenômeno. Somado a isso, deparara-se também com um número reduzido de estudos focados na percepção dos próprios homens. Assim, recomenda-se novos estudos que investiguem fatores que podem influenciar a participação dos homens no PF e avaliem em que atividades do PF eles estão ou não envolvidos.

Limites da pesquisa

Embora observe-se igualdade entre as respostas masculinas e femininas, talvez essa não reflita a realidade. O questionário, respondido espontaneamente, não pode assegurar se de fato o planejamento aconteceu, mas identifica a percepção que os participantes apresentam dos assuntos demandados. Assim, há possibilidade de que a compreensão de ‘planejamento familiar’ difira entre homens e mulheres. Além disso, parte dos participantes teve o primeiro filho há muitos anos e pode ter ressignificado, ao longo do tempo, sua percepção de ter planejado ou não a gravidez. Também há a possibilidade de respostas socialmente aceitas. Por fim, o instrumento não avalia como se dá o envolvimento individual em outras questões práticas do PF, o que leva a considerar a necessidade de novos estudos com diferentes instrumentos e métodos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos três estudos produzidos, cabe discutir como cada achado questiona a Teologia e quais as interações possíveis dessa com a temática.

Primeiramente é preciso tomar parte da realidade e os dados apresentados ao longo da dissertação são indicativos dessa. Assim sendo, neste instante, interessa destacar aqueles que mais interpelam a Teologia. Um dos primeiros aspectos fundamentais que se sobressai na revisão integrativa da literatura é que a temática da participação masculina no planejamento da parentalidade não parece estar (ou pouco está) no radar de interesses da Teologia das últimas décadas. Nenhum artigo da área compõe o *corpus* da revisão, com estudos nacionais e internacionais. Mesmo nas etapas de seleção, não se obteve artigos científicos da Teologia que se assemelhassem a temática. Assim, há de indicar um *gap* que a área pode ocupar.

Somado a isso, destaca-se a necessidade de um trabalho interdisciplinar, visto a complexidade da temática e a escassez de pesquisadores(as) envolvidos(as) com o tema também em outras áreas do conhecimento. Ademais, os poucos estudos empíricos disponíveis, por vezes, restringem as pesquisas sobre a participação masculina no PF ao conhecimento e uso de métodos de contracepção, o que dificulta uma análise mais ampla do fenômeno investigado. Nessa perspectiva, a Teologia pode (re)tomar o desafio de, modestamente, ouvir/aprender sobre o assunto e, à medida do possível, prestar sua contribuição à discussão. A partir da realidade posta, pode-se iniciar por uma revisita e revisão dos documentos do magistério eclesial, tais como a *Gaudium et Spes* dos padres conciliares do Vaticano II, as catequeses e publicações de João Paulo II e a *Amoris Laetitia* de Francisco. Sobretudo a Carta Encíclica *Humanae Vitae* de Paulo VI, tão confusamente recepcionada e embora ampare os documentos eclesiais posteriores, merece atenção. Essa talvez ainda não tenha sido suficientemente explorada, tendo em vista que em sua leitura, por vezes, focalizou-se com demasia ao aspecto da proibição aos métodos contraceptivos tidos por artificiais, esquecendo-se de suas intuições mais profundas.

Da revisão integrativa, desta dissertação, vê-se, ainda, indícios de que a religião atua como um dos fatores que influenciam no envolvimento masculino no planejamento da parentalidade. Essa influência pode ser tanto positiva como negativa, a depender do discurso religioso e da assimilação de cada fiel. Diante disso, cabe tanto à Teologia Moral quanto à Teologia Prática e à Teologia Pública da Saúde (re)conhecer como os cidadãos e os crentes compreendem e vivenciam o planejamento da parentalidade e em que medida esse acontece como um projeto de casal, para assim poder, à luz de suas fontes (Escritura, Tradição) e por

meio de seus métodos, contribuir para a qualificação do discurso religioso e secular e, conseqüentemente, da *práxis*.

Nesse sentido, outra questão que emerge da revisão integrativa, e que a Teologia tem potencial para responder, é sobre a igualdade de gênero. É preciso afirmar que a doutrina cristã defende a igualdade de gênero, embora o discurso nem sempre esteja claro e a prática seja contra testemunhal. Assim, observa-se que em alguns setores da Igreja Católica, nosso lugar de fala, perdura ainda o discurso de submissão da mulher ao domínio masculino. Esse falso “dogma” pode impactar profundamente e, muitas vezes, de forma infeliz o planejamento parental. Cabe, a todos, sociedade civil e religiosa, esforçar-se para promover o PF consensuado e prevenir que gestações aconteçam em virtude do egoísmo de uma das partes e/ou da violência, que impõe riscos à saúde e à vida da mulher e da criança gestada.

Ademais, a literatura indica que o PF aparece em muitas culturas como assunto do domínio das mulheres, principalmente quanto à participação nos programas de saúde de PF e no emprego do método contraceptivo. Nesse contexto, nota-se a necessidade de qualificar, mediante a educação para o planejamento da parentalidade, a participação masculina. Essa educação visa superar o “ter filhos sem pensar no assunto” e a crença de que a prevenção da gravidez é responsabilidade exclusiva da mulher. Para isso, urge no Brasil a necessidade do desenvolvimento de estratégias para incluir os homens na promoção da saúde reprodutiva e nos programas de PF na Atenção Básica à Saúde. Nesse sentido, uma atuação em favor dessas demandas poderia ser articulada junto à sociedade civil a partir da Teologia Pública da Saúde.

Dos achados da pesquisa quantitativa deste estudo, observou-se que, embora a amostra seja composta por mais de 78% de casados ou em união estável no momento da gravidez do primeiro filho, houve uma porcentagem elevada que relatou não ter planejado essa gestação (aproximadamente 40%). Pelo instrumento de pesquisa não é possível verificar qual a religião do participante e o grau de envolvimento na sua confissão no momento da primeira gestação, mas em estudo anterior, utilizando-se do mesmo banco de dados com amostragem apenas de católicos, Sanches *et al.* (2018) constataram que, embora a religião não tenha sido um fator determinante para a escolha do método contraceptivo, os participantes (homens e mulheres, indistintamente) que mais relataram tal influência apresentaram melhor planejamento da gravidez do primeiro filho e mais indicaram que essa gestação foi um projeto de casal. Isso é positivo, pois demonstra que o ensino da Igreja pode atuar como fator determinante para um melhor planejamento da parentalidade.

Neste sentido, corroboram Sanches *et al.* (2018) ao afirmar que é preciso diferenciar

entre “planejar a gravidez”, que evidentemente implica definir métodos contraceptivos, e “planejar a parentalidade”, que requer pensar o acolhimento responsável dos filhos. Essa diferença nos possibilita compreender que as pessoas podem lançar mão de diferentes métodos para planejar ou não a gravidez, mas, mesmo assim, podem estar assumindo uma parentalidade responsável. Ou seja, não é apenas a escolha ou rejeição de um determinado método contraceptivo que define a responsabilidade parental.

Por outro lado, pode-se verificar no mesmo artigo que entre alguns participantes que apontaram a influência da religião na escolha do método, houve gestações não programadas. Diante disso, pode-se perguntar: como melhorar o discurso cristão católico a respeito do PF? Por vezes, esse pode estar mais voltado para o uso ou não de métodos contraceptivos que propriamente nas relações interpessoais. O discurso religioso sobre o PF deve ser, em primeiro lugar, um promotor das relações sadias entre homens e mulheres no campo reprodutivo, considerando o diálogo e o respeito à sacralidade/dignidade do outro. Por conseguinte, precisa ser um discurso mais propositivo, ou seja, menos legalista. Por fim, deveria direcionar seus esforços em promover uma cultura da parentalidade (SOLÍS-PONTÓN, 2017) que englobe o planejamento parental, para que, assim, filhos nasçam do desejo e da preparação de pais e mães, e não de um ato sem pensar no assunto.

Nesse aspecto, os avanços da Teologia Moral à luz do Concílio Vaticano II, com “uma visão mais evangélica da sexualidade do matrimônio e do pecado” (SANCHES *et al.*, 2018), devem permear ainda mais o discurso e a *práxis* pastoral.

Essa discussão pode ser ampliada, em novos estudos, considerando outros fatores que, conjuntamente ao fator religioso, podem impactar a responsabilidade e participação masculina no PF. Fatores tais como idade, estado civil, com quem residia, nível de escolaridade durante o período da gravidez do primeiro filho estão disponíveis no banco de dados para serem analisados.

Retomando os achados do segundo artigo, observou-se que as respostas à variável “planejou a gravidez do seu primeiro filho” não acompanharam as respostas às variáveis que avaliavam como os participantes pensaram nos fatores de risco à saúde materno-infantil e às condições financeiras antes da primeira gestação. Isso demonstra que há ainda dúvidas sobre o que se considerar no PF, embora esses dois aspectos encontrem amplo apoio da sociedade organizada e da Igreja. Neste aspecto, o profissional da teologia pode auxiliar pastoralmente, por exemplo, na reformulação de conteúdos e na assessoria às catequeses de noivos e às pastorais familiares, em vista de uma *educação* para a parentalidade.

Do artigo sobre a monoparentalidade masculina fica evidente que, embora a paternidade esteja sob revisão e sua síntese possa ser percebida no “novo pai” (LAMB, 1992),

dotado de uma responsabilidade parental ampliada, esse é um movimento lento e gradual no qual sociedade civil e religiosa podem contribuir, seja com políticas públicas adequadas (como, por exemplo, a ampliação da licença paternidade) ou seja com um discurso e uma prática religiosa que afirmem e valorizem a corresponsabilidade paterna na dinâmica da parentalidade e do planejamento parental. Nessa perspectiva, a Teologia também pode embrenhar-se a analisar os impactos da presença/ausência paterna ao longo da história, testando a hipótese de Claudio Risé (2007) de que o mundo vive a mudança do “pai eliminável” para o pai responsável.

Em linhas gerais, cabe destacar que, mesmo na ausência de um PF *a priori*, sabe-se que é possível que o casal o faça *a posteriori*. Neste sentido, a Teologia, junto à Igreja Católica, pode ser convidada a atuar em favor das famílias que sofrem com sentimentos advindos a partir da descoberta de uma gravidez não planejada. Considerando que, até mesmo, sentimentos adversos (como ter pensado no aborto) não devem ser absolutizados, pois, ter rejeitado ou ter se preocupado em um primeiro momento com a notícia de uma gestação, não significa fechamento à vida nascente e sim uma etapa no processo de assimilação da parentalidade emergente.

Isso posto, vê-se a importância do suporte à gestante e, quanto mais possível, também ao pai, para acolher seus sentimentos, auxiliar a administrarem possíveis conflitos, amparar em suas necessidades e ajudar a tomarem decisões responsáveis. Disso, desdobra-se a necessidade de capacitar adequadamente os diversos envolvidos nessa etapa de transição para a parentalidade (família em geral, profissionais, organizações civis ou religiosas), para que sejam capazes de exercer uma verdadeira rede de apoio e não sejam vetores de mais sofrimentos e conflitos.

Neste processo, do Magistério da Igreja espera-se que considere mais a realidade complexa da família (e até dramática - vede a violência infantil, na qual a maior parte dos casos o suspeito é alguém da própria família). É necessário deixar de tratar a família com um olhar puramente idealizado. Assim, temas como a participação masculina nas questões referentes ao planejamento da parentalidade e nos cuidados parentais podem ser mais bem discutidos a partir de dados reais. Nesse aspecto, é preciso reformular o modo de pensar e a linguagem, por vezes, ainda desatualizada (por exemplo, *paternidade responsável* – referindo-se tanto ao pai quanto à mãe – em vez de *parentalidade responsável*).

Por fim, consonante com um aspecto fundamental que o Magistério da Igreja oferece de reflexão, acredita-se que o planejamento da parentalidade precisa visar o bem do(s) filho(s) e de cada um dos outros membros da família, portanto, para seu êxito é necessário que seja

fruto do envolvimento de todos os interessados, do contrário, continuará a ser um projeto pela metade. É nesse contexto, que o homem deve estar comprometido no planejamento da parentalidade. Assim, recomenda-se que as questões levantadas por este estudo e outras mais sejam exploradas com novas pesquisas que possam mesclar métodos para se ter uma visão mais global do fenômeno. Também, essas novas investigações, podem ser direcionados a grupos católicos e de outras denominações, para analisar o discurso religioso nas bases e suas repercussões no envolvimento masculino no planejamento da parentalidade.

APÊNDICE - O PAI QUE ASSUME FILHO SOZINHO: CAUSAS DO CUIDADO PATERNO EXCLUSIVO¹⁶

1.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, acompanhando o ritmo dos demais países ocidentais, o conceito de família tem-se ampliado nas últimas décadas, englobando novas configurações, ao lado da concepção clássica que postula a presença de pai, mãe e filhos. As novas modalidades de ordenação doméstica devem-se, em grande medida, a separações e divórcios, ao aumento do número de casais sem filhos e de recasamentos. Esses novos modelos já são amplamente reconhecidos pelas ciências sociais (DENARDI; BOTTOLI, 2017; SANCHES, 2014).

As famílias compostas por pai, mãe e filhos continuam sendo a configuração com maior representatividade no Brasil, com 42,3%, seguida dos casais sem filhos com 19,9% e das mães com filhos (monoparental feminina), com 16,3%. Apesar de sua proporção demasiadamente menor (quase oito vezes), é significativo analisar os 2,2% de famílias constituídas do homem-pai e seus filhos (famílias monoparentais masculinas ou patrifocais) (PNAD, 2015).

Embora não acompanhe o mesmo ritmo de crescimento das famílias monoparentais femininas, há de se considerar o aumento do número de famílias patrifocais. A monoparentalidade masculina recebe uma atenção maior à medida que cresce a quantidade de pais que ganham a guarda dos filhos. Estes são indicativos do maior interesse do homem-pai por estar mais próximo de seus filhos e por direitos iguais frente à separação conjugal. Se a viuvez era o principal fator, nas últimas décadas, a separação tornou-se o agente mais comum da monoparentalidade (ABADE; ROMANELLI, 2018; DENARDI; BOTTOLI, 2017).

Compreendendo a parentalidade como capacidade para o exercício de ser mãe ou pai, a monoparentalidade qualifica-se pela responsabilidade de um dos dois, pai ou mãe, em assumir o encargo sozinho do cuidado dos filhos, isto é, sem a presença de um(a) companheiro(a). Essa configuração pode ser provisória, no caso do estabelecimento de uma nova união, ou definitiva, e implica o desenvolvimento de novas tarefas e competências, ou a melhora das deficiências anteriormente supridas pelo cônjuge, tudo em vista da proteção, do

¹⁶ Texto base do capítulo publicado: PADILHA, Tarcisio; SILVA, Angelita W.; SANCHES, Mário A. O pai que assume filho sozinho: causas do cuidado paterno exclusivo (p. 161-176). In.: MOREIRA, Lúcia V. C.; CARVALHO, Ana B.; PETRINI, Giancarlo (orgs.). **Homem adulto & paternidade: olhares interdisciplinares**. Col. Família e desenvolvimento humano. 3. vol. Curitiba: CRV, 2019. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

sustento e da educação dos filhos (GARBAR; THEODORE, 2000; ISOTTON; FALCKE, 2014; JURAS; COSTA, 2016).

Se, por um lado, constata-se a existência do abandono total, por parte de alguns homens, de suas parceiras e filhos, até mesmo antes do nascimento da criança, ou a falta de compromisso masculino frente à responsabilidade do cuidado dos filhos (RICCI, 2014; SANCHES; LIMA, 2018), por outro lado, há de se considerar os pais que acolhem conscientemente a responsabilidade parental, fazendo-a de forma autônoma (ISOTTON; FALCKE, 2014; MOREIRA; TONELI, 2013).

Esse comprometimento masculino desperta novas provocações à investigação em relação à paternidade. O homem, por vezes, foi considerado naturalmente incapacitado para determinados cuidados dos filhos e do lar, como se essas atribuições fossem instintivas das mulheres e não uma construção social possível também aos homens (FLORES; KRUEL, 2013; FREITAS; COELHO; SILVA, 2007; NOGUEIRA, 2001; SOUSA, 2008). “Certamente, o pai também pode dedicar-se à paternagem, isto é, a suprir as necessidades físicas e emocionais dos filhos, o que inclui cuidados com alimentação, higiene, saúde, amparo e doação de afeto” (ABADE; ROMANELLI, 2018, p. 3).

Além disso, a presença do pai, exercida com responsabilidade, quando não privada por completo da mãe (se está viva), é saudável e as crianças saem ganhando (OLIVEIRA; CREPALDI, 2018; SOUZA; BENETTI, 2009) Nesse sentido, os pais que compreendem sua responsabilidade parental para além da obrigação legal e a reconhecem como um direito, qualificam suas relações com os filhos (ABADE; ROMANELLI, 2018; FLORES; KRUEL, 2013; MOZZAQUATRO; ARPINI, 2017).

Nesse contexto, este capítulo objetiva investigar a participação do pai ao assumir o cuidado de um filho sozinho. A monoparentalidade masculina, tema insuficientemente explorado, apresenta especificidades e não deve ser ignorada ou restringida apenas às comparações à monoparentalidade feminina (ABADE; ROMANELLI, 2018; OLIVEIRA; CREPALDI, 2018). Este trabalho, com o foco na paternidade, não explora a distinção de parentalidade quando assumida por pessoas hétero ou homossexuais, além disso, a amostra da pesquisa não oferece dados suficientes para uma avaliação desta distinção.

1.2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem quantitativa. Este estudo é parte de um projeto maior, por isso utiliza, parcialmente, um banco de dados fruto de

pesquisa de campo efetivada a partir da aplicação do Instrumento de Pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. Este instrumento de pesquisa foi elaborado e validado (SANCHES *et al.*, 2015), e consta de 56 questões relacionadas ao planejamento familiar. O referido instrumento viabiliza identificar, entre outros elementos, se as pessoas assumiram um filho sozinhas e indagam os motivos: ‘por morte do parceiro(a)’, ‘por separação’, ‘por opção’, ‘por outra situação’.

Deste modo, esta investigação é parte de um projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR¹⁷. Os questionários foram aplicados em várias localidades do Estado do Paraná, situadas em Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Jacarezinho, Londrina, São José dos Pinhais e Toledo. A pesquisa foi realizada em encontros organizados por instituições religiosas, educacionais e sociais, entre 2014 e 2018, sendo 45% em encontros no âmbito religioso, 35% em encontros com pais de alunos em escolas e 20% em espaços sociais, como clubes de mães e associações de moradores. O critério de inclusão na pesquisa era ter, ao menos, um filho e o de exclusão estar vivenciando uma gravidez no momento da pesquisa. O banco de dados foi construído como um trabalho conjunto de vários membros do Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, vinculado à PUCPR. No total, foram respondidos 2.196 questionários válidos, relacionados à gravidez do primeiro filho. Os dados, sistematizados com uso de software de análise estatística o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), foram comparados com dados encontrados na literatura.

1.3 RESULTADOS

Quanto ao perfil de gênero dos 2196 entrevistados, 1662 (75,7%) se identificaram como feminino, 512 (23,3%) como masculino e 22 (1%) responderam “outro” ou não responderam. Considerando a idade, 74,5% dos participantes da pesquisa indica estarem acima dos 36 anos. Essa informação deve ser considerada, visto que alguns dos participantes podem ter exercido a paternidade ou maternidade sozinhos e não estarem a fazer mais, e outros, talvez a exerçam há um tempo significativo, assim sendo, a pesquisa tem um olhar para além da realidade atual apenas. Por outro lado, o número significativo de entrevistados possibilita verificar configurações passíveis de ser identificadas em outras amostras da população.

¹⁷ Parecer: 770.977, de 27/08/2014.

Entre as questões do instrumento de pesquisa analisou-se as respostas à pergunta “Você já assumiu um(a) filho(a) sozinho(a)?” (Tabela 1), cruzada, posteriormente, com a identificação de gênero (Tabela 2).

Do total de entrevistados, conforme Tabela 1, 73,6% (1617 participantes) nunca assumiram um(a) filho(a) sozinho(a). Enquanto isso, 22,2% (486) já assumiram a responsabilidade de constituir famílias monoparentais, sendo que a maior parte, 11,2% (245), por separação, seguido de 5,1% (111) por morte do parceiro, 2,3% (50) por opção e 3,6% (80) por outras situações.

Tabela 1 – Assumiu um(a) filho(a) sozinho(a) e por qual motivo

Assumiu um(a) filho(a) sozinho(a)	Frequência	Porcentagem
Nunca	1617	73,6
Por morte do(a) parceiro(a)	111	5,1
Por separação	245	11,2
Por opção	50	2,3
Por outra situação	80	3,6
Não respondeu	93	4,2
Total	2196	100

Fonte: Os autores, 2019.

Almejando investigar a monoparentalidade masculina, a Tabela 2 apresenta o cruzamento dos dados anteriores com a identificação de gênero. Como resultado, obteve-se que 85,2% (436 de 512 participantes masculinos) dos entrevistados nunca exerceram a parentalidade sozinhos, número significativamente superior em relação às mulheres entrevistadas com 70,2% (1166 de 1662 participantes femininas). De outra parte, apenas 10,2% (52) dos homens constituíram famílias monoparentais, dos quais 3,5% (18) por morte da parceira, 4,5% (23) por separação, 0,6% (3) por opção e 1,6% (8) por outras situações.

A respeito da separação, comparativamente, destaca-se que, em praticamente três vezes mais casos, as mulheres entrevistadas assumem os filhos sozinhas (13,3% das participantes), em relação aos homens que estão implicados na mesma responsabilidade. Do mesmo modo, é maior, em todos os motivos, o número de casos de mulheres que constituem famílias monoparentais: por morte do parceiro (5,5% contra 3,5% dos homens), por opção (2,8% contra 0,6% dos homens) e por outras situações (4,2% contra 1,6% dos homens). Assim, somam-se 25,8% de mulheres contra apenas 10,2% dos homens (diferença de 2,5 vezes) que passaram pela situação da monoparentalidade.

Tabela 2 – Tabulação cruzada entre “Identificação de gênero” e “Assumi um(a) filho(a) sozinho(a)”

Identificação de gênero	Assumi um filho(a) sozinho(a)						Total	
	Nunca	Por morte do(a) parceiro(a)	Por separação	Por opção	Por outra situação	Não respondeu		
Feminino	n.	1166	92	221	47	70	66	1662
	%	70,2	5,5	13,3	2,8	4,2	4,0	100,0
Masculino	n.	436	18	23	3	8	24	512
	%	85,2	3,5	4,5	0,6	1,6	4,7	100,0
Outro	n.	4	0	1	0	0	1	6
	%	66,7	0,0	16,7	0,0	0,0	16,7	100,0
Não respondeu	n.	11	1	0	0	2	2	16
	%	68,8	6,2	0,0	0,0	12,5	12,5	100,0
Total	n.	1617	111	245	50	80	93	2196
	%	73,6	5,1	11,2	2,3	3,6	4,2	100,0

Fonte: Os autores, 2019.

1.4 DISCUSSÃO

A análise e discussão dos dados foram realizadas a partir de três tópicos: monoparentalidade masculina, ressignificação da figura paterna e conquista e desafios no cuidado dos filhos.

1.4.1 Monoparentalidade masculina

A família monoparental juridicamente foi reconhecida na Constituição Federal de 1988, no artigo 226, § 4º: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988). Assim, o mesmo artigo assevera que, como outras configurações familiares, essa goza da proteção do Estado.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 (PNAD, 2015) assinalam o crescimento, ainda que lento, das famílias monoparentais masculinas. Comparativamente, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a ocorrência aumentou de 1,5% para 1,8%, alcançando o número de 881.716 famílias (sem considerar 0,6%, 283.596, de famílias monoparentais masculinas com presença de filhos e outros parentes) (IBGE, 2010). Esse fenômeno se dá, particularmente, em razão da multiplicação da ruptura dos relacionamentos e da quantidade de pais que têm obtido a guarda dos filhos (ABADE; ROMANELLI, 2018; DENARDI; BOTTOLI, 2017; FLORES; KRUEL,

2013; ISOTTON; FALCKE, 2014; SOUSA, 2008). Nossa pesquisa de campo corrobora esta percepção, visto que 4,5% dos homens entrevistados assumiram filho sozinho exatamente por causa de separações. Contudo, a percentagem de pais que assume o filho sozinho após a separação é bem menor que a percentagem das mulheres que o faz na mesma situação (13,3%). Embora o Novo Código Civil (BRASIL, 2002) garanta igualdade entre pai e mãe ao direito da guarda dos filhos, desde que sejam aptos a exercê-la, existe, ainda, a tendência de que a guarda seja atribuída à mãe (DANTAS, 2003; ISOTTON; FALCKE, 2014). Ainda há certa construção sociocultural de que as mulheres são mais aptas para exercer o cuidado dos filhos, por isso, boa parte das vezes, a mãe obtém a guarda, seja ela com consenso ou não do pai (DENARDI; BOTTOLI, 2017; FLORES; KRUEL, 2013; PALMA, 2001).

O cenário atual ganha novos contornos, desde que a Lei 13.058/2014 assegurou a guarda compartilhada dos filhos. Contudo, essa possibilidade não eliminou a realidade das guardas unilaterais e, pais, considerando-se mais aptos ao cuidado dos filhos ou desejosos de estar mais presentes, lutam pela guarda de seus filhos. Essa busca do pai responsável é legítima, e se, por um lado, observa-se o descaso por parte de alguns pais, por outro, o envolvimento masculino parece ampliar-se nas últimas décadas (BANDEIRA, 2013; DENARDI; BOTTOLI, 2017; GRZYBOWSKI, 2007; MOZZAQUATRO; ARPINI, 2017; SILVA, 2003; SOUSA, 2008).

Entre os motivos para que o pai recorra judicialmente pela guarda unilateral vê-se o sentimento de capacidade mais apurada do cuidado do filho que o da mãe. Esse dado se verifica nas novas pesquisas qualitativas que investigam o tema, sendo um dos fatores principais alegados pelos pais (ABADE; ROMANELLI, 2018; COHEN; FINZI-DOTTAN; TANGIR-DOTAN, 2014; DENARDI; BOTTOLI, 2017; VIEIRA; SOUZA, 2010).

Há pais que assumem o filho desde a separação, outros que, após um curto período, veem-se necessitados a requisitar a guarda, e, por fim, alguns constituem famílias monoparentais masculinas somente a partir do pedido dos filhos para ficarem com o pai (DENARDI; BOTTOLI, 2017). Também, a situação pode surgir com o abandono da mãe (ANTELA; BARRETO, 2010) ou a partir das melhores condições financeiras do pai (apesar de esse não ser o único fator a ser considerado no discernimento da guarda) (VIEIRA; SOUZA, 2010). Por fim, corroboram para a solicitação da guarda paterna, as mudanças nos papéis de gênero, que fomentaram no homem-pai novas relações com os filhos (menos verticais, mais afetivas, participativas) e que os têm provocado a uma responsabilidade parental maior, mesmo antes da monoparentalidade (DENARDI; BOTTOLI, 2017; RIED, 2011; VIEIRA; SOUZA, 2010).

Independente disso, a monoparentalidade, voluntária ou involuntária (viuvez), forja o homem-pai a modificar a forma como compreende e vivencia a paternidade (ISOTTON; FALCKE, 2014), tensionando o genitor masculino “a exercer a parentalidade de forma mais ampla e completa” (FLORES; KRUEL, 2013, p. 218). Como afirmam alguns pais pesquisados, o importante não é deter a guarda, e sim, assumir a responsabilidade dos filhos, algo de que nem todos os pais estão conscientes (ABADE; ROMANELLI, 2018).

1.4.2 Resignificação da figura paterna

Se, por um lado, as mudanças socioculturais, a partir da metade do século XX, provocaram alterações nos papéis de gênero, influenciando as relações familiares (FLORES; KRUEL, 2013; ISOTTON; FALCKE, 2014), por outro lado, essas mudanças na divisão sexual do trabalho e no cuidado dos filhos pelos pais acontecem, ainda, limitadamente (ABADE; ROMANELLI, 2018; ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998; BUSTAMANTE; TRAD, 2005; HENNIGEN; GUARESCHI, 2002). Estudos relacionados às representações sociais denunciam que, em diversos momentos, a mãe foi considerada como biologicamente mais capacitada ao cuidado dos filhos do que os pais, limitando estes ao antigo papel de provedor (GABRIEL; DIAS, 2011; WAGNER *et al.*, 2005).

Mesmo lentamente, a reorganização dos papéis sociais do homem e da mulher influi sobre a forma como se dá o exercício da paternidade e da maternidade, tornando as fronteiras mais tênues (MOZZAQUATRO; ARPINI, 2017). A monoparentalidade, neste aspecto, reforça essas novas divisões de papéis e pode ser observada, de modo particular, nas falas de mães e pais, tanto das pesquisas direcionadas às famílias monoparentais femininas quanto às masculinas (DENARDI; BOTTOLI, 2017; SOUSA, 2008).

Assim, do pai vem sendo exigida uma nova postura perante os indivíduos que compõem o grupo familiar. Seu papel é posto em xeque, especialmente com a saída da parceira para o mercado de trabalho, assumindo conjuntamente sua função mais tradicional de provedor e limitando seu poder de chefia da casa (COLMAN; COLMAN, 1988; FLORES; KRUEL, 2013). Atrelado a isso, cresce o apelo dos filhos por uma presença mais afetiva e participativa. Quando colocados diante de uma situação forçosa de monoparentalidade, desperta-os à necessidade de rever sua paternidade e, até mesmo, as questões relacionadas aos cuidados domésticos, algo para que, às vezes, não atentaram antes. Essas novas atribuições não os destituem, obrigatoriamente, das antigas, pelo contrário, por vezes, estão sobrepostas (ABADE; ROMANELLI, 2018; ISOTTON; FALCKE, 2014).

Desse modo, a paternidade amplia-se para além da reprodução de filhos, e vê-se, cada vez mais, como cuidado da prole. Esse cuidado também recebe novas proporções, indo além do prover financeiramente e da exortação moral (FLORES; KRUEL, 2013), englobando a participação na gestação, no desenvolvimento, na educação, incluindo “igualmente a dimensão afetiva” (ABADE; ROMANELLI, 2018, p. 5; FLORES; KRUEL, 2013; ISOTTON; FALCKE, 2014). Em outras palavras, o “novo pai” (LAMB, 1992, p. 19) deseja ser um pai cuidador e presente (DENARDI; BOTTOLI, 2017; FLORES; KRUEL, 2013; GABRIEL; DIAS, 2011; HENNIGEN, 2010; RIED, 2011; SOUSA, 2008; VIEIRA; SOUZA, 2010).

Ao referir-se a esse homem-pai, não se deve perder de vista que esta pesquisa tem por objeto o homem inserido na cultura ocidental, e intenta ao máximo analisá-lo no contexto brasileiro, sem ignorar a existência de outras representações sociais de paternidade em culturas diversas. As diferenças na forma que se dá o exercício da paternidade e da maternidade reforçam a tese de que essas são também construções culturais efetivadas a partir de atributos naturais.

A proximidade dos pais com os filhos contribui para que possam se sentir mais capacitados para assumir os filhos sozinhos, superam-se, assim, antigos estereótipos que relegavam essa função à mulher (DENARDI; BOTTOLI, 2017; ISOTTON; FALCKE, 2014; MOREIRA; TONELI, 2013; SANTOS; SANTOS, 2009; SILVA, 2003). Sem falsos otimismo, a realidade mostra-se, ainda, em um processo de rupturas e continuidades, estereótipos como o de que a mãe é capaz do cuidado dos filhos sozinha, e o pai não, continuam presentes no imaginário e no discurso tanto de pais, mães, parentes, escolas, religiões, mídias e, também, no meio jurídico (ABADE; ROMANELLI, 2018; FLORES; KRUEL, 2013; GRZYBOWSKI, 2007; JURAS; COSTA, 2016; MOZZAQUATRO; ARPINI, 2017; STAUDT; WAGNER, 2011).

De fato, o homem-pai, por vezes, não foi preparado como a mulher-mãe, mas isso não quer dizer que seja incapaz para o cuidado responsável dos filhos. A monoparentalidade faz emergir novas habilidades, antes, talvez, desconhecidas e não praticadas, e o conduz à desafiante missão da paternagem sem o amparo diário da mãe-parceira (COLMAN; COLMAN, 1988; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; MOREIRA; TONELI, 2013).

Apesar de subsistirem olhares de desconfiança em relação à capacidade dos pais que assumem o cuidado dos filhos sozinhos, não é raro, também, esses pais serem vistos como heróis. O reconhecimento pelo desempenho de sua paternagem é estimável, contudo, não

deveria elevar esses pais a um *status* sobrenatural, como se a maioria dos pais fosse instintivamente inapta para exercer uma paternagem mais ampla e compromissada.

Por fim, mesmo que a ressignificação da figura paterna ocorra a passos lentos, as mudanças perceptíveis já dão prova de que o homem possui a capacidade de aprender a paternar e a monoparentalidade masculina confere um testemunho mais palpável disso.

1.4.3 Conquistas e desafios no cuidado do filho

Os benefícios da presença do pai têm sido amplamente investigados. Merece citar a pesquisa de revisão integrativa de Oliveira e Crepaldi (2018), sobre a relação dos pais com os filhos após o divórcio. Entre os resultados encontrados, nos 25 artigos selecionados pelas autoras, destacam-se os benefícios da presença do pai: desenvolvimento da criança (DEGARMO; FORGATCH, 2012); aumento da autoestima (BASTAITS; PONNET; MORTELMANS, 2012) e maior bem-estar (COOKSTON *et al.*, 2007; MITCHELL; BOOTH; KING, 2009); diminuição de problemas comportamentais (DEGARMO; FORGATCH, 2012); melhor internalização para as filhas (MITCHELL; BOOTH; KING, 2009) e de externalização para adolescentes (KING; SOBOLEWSKI, 2006); melhor relação com o pai depois de jovens adultos (FABRICIUS; LUECKEN, 2007). Entretanto, apenas um desses artigos revisados analisou, especificamente, a experiência da paternidade monoparental (COHEN; FINZI-DOTTAN; TANGIR-DOTAN, 2014), o que evidencia a escassez de estudos científicos sobre a temática.

Pais em contexto de monoparentalidade sentem-se orgulhosos de poderem ser os principais responsáveis por seus filhos, apesar de alguns constrangimentos ao assumirem funções e ocuparem espaços ainda tidos como femininos (ABADE; ROMANELLI, 2018), por exemplo, coisas de rotina como acompanhar a filha pequena no banheiro público feminino, ou deixá-la ir sozinha, ou levá-la consigo no banheiro masculino (DENARDI; BOTTOLI, 2017). Também há outros assuntos que exigem preparo, como falar de sexualidade ou orientar uma filha sobre a menarca (DENARDI; BOTTOLI, 2017; FLORES; KRUEL, 2013).

Ademais, a monoparentalidade requer uma rotina dobrada dos pais, visto que alguns abraçam, além do cuidado dos filhos e do trabalho remunerado, os cuidados domésticos, algo comum à maioria das mulheres, mesmo casadas, mas um tanto desafiador ao homem que não o fazia antes. Contudo, assim como acontece com as famílias monoparentais femininas (e em outras configurações familiares em camadas populares), os homens contam com uma rede de

apoio (DENARDI; BOTTOLI, 2017). Essa rede envolve avós paternos ou maternos, tios e outros parentes. Destaca-se a predominância do auxílio feminino, ao ponto de autores discutirem sobre o “papel da rede (feminina) de apoio” (FLORES; KRUEL, 2013, p. 222–223). Além disso, os pais preparam os filhos mais velhos para auxiliarem no cuidado dos mais novos e nas tarefas, e, se financeiramente possível, pagam por serviços de lavanderia ou faxina (ABADE; ROMANELLI, 2018; ISOTTON; FALCKE, 2014).

Essa rede de apoio não se limita ao auxílio das atividades domésticas. Parentes, quando necessário, ajudam também na escuta e na orientação das crianças e adolescentes (DENARDI; BOTTOLI, 2017). Em geral, os cuidados com educação, alimentação e saúde dos filhos, bem como os trabalhos domésticos ficam com os próprios pais (ABADE; ROMANELLI, 2018). Essas atividades, na percepção dos pais, passam a integrar o significado de paternidade (ISOTTON; FALCKE, 2014).

Para facilitar a rotina, ter flexibilidade de horário e estar mais próximos dos filhos, parte dos homens pesquisados trabalham como autônomos. Outros desistem de investir na própria carreira profissional e de empregos mais rendosos que exigiriam ausências mais frequentes. Contentam-se, assim, com vidas mais modestas (ABADE; ROMANELLI, 2018; DENARDI; BOTTOLI, 2017; FLORES; KRUEL, 2013; ISOTTON; FALCKE, 2014; SOUSA, 2008).

Para alguns, o acúmulo de tarefas gera o sentimento de sobrecarga (ABADE; ROMANELLI, 2018; COHEN; FINZI-DOTTAN; TANGIR-DOTAN, 2014; DENARDI; BOTTOLI, 2017; OLIVEIRA; CREPALDI, 2018), podendo levar ao desânimo (ISOTTON; FALCKE, 2014). Também são testemunhadas angústias em relação à separação conjugal (DENARDI; BOTTOLI, 2017) ou ao falecimento da parceira. Portanto, o cuidado dos filhos em situação de monoparentalidade exige dos pais alta capacidade de doação e abnegação.

1.5 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa permite verificar as implicações que conduzem à constituição de famílias monoparentais masculinas. Se a morte da parceira era o fator predominante, nas últimas décadas, pelo aumento da ruptura dos relacionamentos, a separação aparece como seu principal causador. Além disso, o interesse maior dos pais pelo cuidado dos filhos pode ser atribuído às mudanças em relação aos papéis de gênero. A paternidade está sob revisão e sua síntese pode ser percebida no “novo pai”, dotado de uma responsabilidade parental ampliada e que se sente mais encorajado a assumir a guarda de seus filhos sozinho.

A pesquisa indica o aumento moderado do número dessas famílias, ainda mais quando comparadas ao número de famílias monoparentais chefiadas pela mãe. Mesmo com a revisão das representações sociais do pai e da mãe, as mudanças acontecem gradativamente, com rupturas e continuidades. Assim, perdura a crença de que os homens não são capazes, ou são menos que as mulheres, de cuidar dos filhos. Tanto no discurso dos pais, que preferem deixar os filhos com as mães, como no das mães, de outros parentes e de organismos sociais ou religiosos, é possível detectar concepções estereotipadas.

Constatou-se que pais que se tornam responsáveis pelo cuidado dos filhos sozinhos têm rotinas intensas, que tentam amenizar com trabalhos mais flexíveis ou menos rendosos, ou abdicando do aperfeiçoamento profissional. Outros envolvem os filhos mais velhos no cuidado dos mais novos e nos trabalhos domésticos, ou contratam serviços de limpeza. Além disso, observa-se uma rede de apoio familiar, predominantemente, feminina. Esse fenômeno verifica-se, também, em outras configurações familiares. No mais, a maior parte das atividades fica com os pais e exige doação, abnegação e desenvolvimento de novas habilidades.

Pais que, por opção, desejam manter a guarda dos filhos, saem de uma posição socialmente cômoda, que poderia justificá-los a manter-se distantes no cuidado dos filhos, legitimando seu papel exclusivamente provedor. Por outro lado, os pais forçados à condição monoparental, por morte da parceira ou abandono desta do lar, são ainda mais desafiados a rapidamente reverem sua paternidade e adaptem-se para o cuidado dos filhos.

Por fim, as políticas públicas brasileiras reconhecem o papel do homem no PF e no cuidado dos filhos, no entanto, faz-se necessário que sejam mais bem implementadas para contemplá-lo mais efetivamente. Outros estudos são recomendados visando ampliar os horizontes da pesquisa sobre as famílias monoparentais masculinas.

REFERÊNCIAS

ABADE, Flávia; ROMANELLI, Geraldo. Paternidade e paternagem em famílias patrifocais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1–18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n250106>. Acesso em: 4 maio. 2020.

ADELEKAN, Ademola; OMOREGIE, Philomena; EDONI, Elizabeth. Male involvement in family planning: challenges and way forward. **International Journal of Population Research**, [S. l.], v. 2014, p. 1–9, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2014/416457>. Acesso em: 20 jun. 2020.

AGRELA, Lucas. Taxa de mortalidade do coronavírus no mundo é de 3,74%. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/taxa-de-letalidade-do-coronavirus-no-mundo-e-de-374/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANTELA, Kalleandra Munique Ramos; BARRETO, Cristiane Manique. A realidade da família monoparental chefiada pelo homem dentro do Programa Bolsa Família do Governo Federal na cidade de Manaus. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 67–84, 2010.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidade: outras palavras**. São Paulo: Ecos, 1998.

AZPITARTE, Eduardo López. **Ética da sexualidade e do matrimônio**. São Paulo: Paulus, 1997.

BANDEIRA, Roberta Karyne Brasil. **A paternidade após o rompimento conjugal**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BARROS, Dhébora Rhanny Ribeiro Escorel *et al.* Barreiras para assistência de enfermagem em planejamento reprodutivo: revisão integrativa de literatura. *In: 2017, Campina Grande. II CONBRACIS - Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde*. Campina Grande: Editora Realize, 2017. p. 1–12. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID755_15052017195234.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

BASTAITS, Kim; PONNET, Koen; MORTELMANS, Dimitri. Parenting of divorced fathers and the association with children's self-esteem. **Journal of Youth and Adolescence**, [S. l.], v. 41, n. 12, p. 1643–1656, 2012.

BEÑERAF, Luiz Feder. Los orígenes de la violencia y la segunda revolución in psicoanálisis. *In: SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERRA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martín (org.). La cultura de la parentalidad: antídoto contra la violencia y la barbarie*. México: Manual Moderno, 2006. p. 48–64.

BENTO XVI. **Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Discurso do Papa Bento XVI.** Aparecida: Libreria Editrice Vaticana, 2007. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

BOM DIA MINAS. **Redução de casos de violência infantil em MG pode ser devido à subnotificação, alerta Polícia Civil.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/05/reducao-de-casos-de-violencia-infantil-em-mg-pode-ser-devido-a-sub-notificacao-alerta-policia-civil.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BOM DIA TAPAJÓS. **Violência sexual infantil tem aumentado durante a quarentena.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8494667/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Cadernos de Atenção Básica, n. 26 - Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprod%0Autiva.pdf%0A. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA).** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF): Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%0Acao.htm%0A. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.** Brasília (DF), 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 4 maio. 2020.

BRASIL. **Novo Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Brasília (DF): Diário Oficial da República Federal do Brasil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRAZELTON, Thomas Berry; GREENSPAN, Stanley. **As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver.** São Paulo: Artmed, 2002.

BRITO, Rosineide Santana de; SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos. Contextualizando o homem no planejamento familiar: um estudo bibliográfico. **Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1720–1728, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v3.826>. Acesso em: 21 maio. 2020.

BROOKS, Samantha K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, [S. l.], v. 395, n. 10227, p. 912–920, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8). Acesso em: 4 maio. 2020.

BUSTAMANTE, Vânia; TRAD, Leny A. Bomfim. Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1865–1874, 2005.

CARDOSO, Rebeca Gualda Michelato; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. A negação da parentalidade: a violência do não acolhimento dos filhos. *In*: SANCHES, Mário Antônio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila (org.). **Violência familiar: múltiplas faces e muitas marcas**. Curitiba: CRV, 2017. v. Série: Biop. 95–108.

CARVALHO, Marta Lúcia de Oliveira; PIROTTA, Kátia Cibelle Machado; SCHOR, Néia. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 23–31, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-89102001000100004>. Acesso em: 21 maio. 2020.

CASARIN, Sidneia Tessmer; SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de. Planejamento familiar e a saúde do homem na visão das enfermeiras. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 662–668, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140094>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CELAM (CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO). **Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino-americano**. Puebla de los Angeles: CELAM, 1979. Disponível: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/mundo/puebla.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CELAM (CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO). **Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe**. 2. ed. São Paulo: CNBB; Paulinas; Paulus, 2007.

CHAN, Ko Ling. Children exposed to child maltreatment and intimate partner violence: A study of co-occurrence among Hong Kong Chinese families. **Child Abuse & Neglect**, [S. l.], v. 35, n. 7, p. 532–542, 2011. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.03.008>. Acesso em: 4 maio. 2020.

CHIESA, Daniella de Paula; SANCHES, Mário Antônio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. Planejamento familiar como assunto de mulher!? Perfil de gênero na produção científica no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 221–235, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33362/ries.v8i1.1511>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CHILDHOOD BRASIL. **Abuso sexual é o segundo tipo de violência mais comum contra crianças**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/abuso-sexual-e-o-segundo-tipo-de-violencia-mais-comum-contras-criancas>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COHEN, Orna; FINZI-DOTTAN, Ricky; TANGIR-DOTAN, Gali. The fatherhood experience of divorced custodial fathers in Israel. **Family Relations**, [S. l.], v. 63, n. 5, p. 639–653, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/fare.12092>. Acesso em: 4 maio. 2020.

COLMAN, Arthur; COLMAN, Libby. **O pai: mitologia e reinterpretação dos arquétipos**. São Paulo: Cultrix, 1988.

COOKSTON, Jeffrey T. *et al.* Effects of the Dads for Life intervention on interparental conflict and coparenting in the two years after divorce. **Family Process**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 123–137, 2007.

COUTO, Márcia Thereza *et al.* O homem na atenção primária à saúde: Discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 257–270, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-32832010000200003>. Acesso em: 21 maio. 2020.

DANTAS, Cristina Ribeiro Teixeira. **O exercício da paternidade após a separação: um estudo sobre a construção e a manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos na família contemporânea**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DEGARMO, David S.; FORGATCH, Marion S. A confidant support and problem solving model of divorced fathers' parenting. **Am. J. Community Psychol**, [S. l.], v. 49, n. 1–2, p. 258–269, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10464-011-9437-y>. Acesso em: 4 maio. 2020.

DENARDI, Aline Tomazetti; BOTTOLI, Cristiane. E quando não é a mãe? A paternidade diante da monoparentalidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 120–146, 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.5305>. Acesso em: 4 maio. 2020.

DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 10, n. supl. 1, p. 177–187, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1994000500013>. Acesso em: 4 maio. 2020.

DIAS, Marcília Gonçalves *et al.* A participação masculina no planejamento familiar. **HU Revista**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 349–354, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2017.v43.13866>. Acesso em: 21 maio. 2020.

DISQUE 100. **Balanco - Disque 100**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DRAL, Astrid A. *et al.* Factors influencing male involvement in family planning in Ntchisi district, Malawi: a qualitative study. **African Journal of Reproductive Health**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 35–43, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.29063/ajrh2018/v22i4.4>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DUARTE, Graciana Alves. Perspectiva masculina quanto a métodos contraceptivos. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 14, n. 1, supl. 1, p. 125–130, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1998000500022>. Acesso em: 29 jun. 2020.

EQTAIT, Faeda Ayed; ABUSHAIKHA, Lubna. Male Involvement in Family Planning: An Integrative Review. **Open Journal of Nursing**, [S. l.], v. 09, n. 03, p. 294–302, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/ojn.2019.93028>. Acesso em: 28 maio. 2020.

ES1. **Isolamento social pode esconder o real número de casos de violência contra crianças, no ES.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8561373/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ESPÍRITO-SANTO, Danilo Cerqueira do; TAVARES-NETO, José. A visão masculina sobre métodos contraceptivos em uma comunidade rural da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 562–569, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200025>. Acesso em: 3 jun. 2020.

FABRICIUS, William V; LUECKEN, Linda J. Postdivorce living arrangements, parent conflict, and long-term physical health correlates for children of divorce. **J. Family Psychology**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 195–205, 2007.

FERREIRA, Hugo Monteiro. In: MONTEIRO, Lilian (org.). **COVID-19: crianças e adolescentes à mercê da violência doméstica.** [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/08/interna_gerais,1145429/covid-19-criancas-e-adolescentes-a-merce-da-violencia-domestica.shtml. Acesso em: 4 maio. 2020.

FLORES, Gisele; KRUEL, Cristina Saling. A experiência da paternidade em famílias monoparentais masculinas. **Disciplinarum Scientia**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 211–228, 2013. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.37780/ch.v14i2.1758>. Acesso em: 4 maio. 2020.

FONSECA, Marina Nogueira de Assis *et al.* Ambivalências do ser mãe: um estudo de caso em psicologia hospitalar. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 141–155, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v9n1p141>. Acesso em: 4 maio. 2020.

FORTUNATI, Lorraine Neeley; FLOERCHINGER-FRANKS, Ginger. Men and family planning: what is their future role? **Journal of the American Academy of Nurse Practitioners**, [S. l.], v. 13, n. 10, p. 473–479, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1745-7599.2001.tb00009.x>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FRANCISCO. **Amoris Laetitia. Exortação apostólica pós-sinodal sobre o amor na família.** São Paulo: Paulinas, 2016. Disponível em: http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia_po.pdf. Acesso em: 4 maio. 2020.

FRANZE, Ana Maria Alves Kubernovicz *et al.* Planejamento reprodutivo nas orientações em saúde: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 366–377, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/refacs.v7i3.3759>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino; COELHO, Edméia De Almeida Cardoso; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da. Fatherhood: The male experience from a gender focus. **Cadernos de Saude Publica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 137–145, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2007000100015>. Acesso em: 4 maio. 2020.

GABRIEL, Marília Reginato; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. **Estudos de Psicologia**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 253–261, 2011.

GALINDO, Nayala Anatália de Lourdes *et al.* Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. **J Nurs UFPE on line**, [S. l.], v. 11, n. supl. 3, p. 1420–1429, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/reuol.10263-91568-1-RV.1103sup201714>. Acesso em: 4 maio. 2020.

GARBAR, Claire; THEODORE, Francis. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus, 2000.

GARCÍA, Maria del Carmen Massé. O planejamento familiar e decisões do casal. *In*: SANCHES, Mário Antônio (org.). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 111–129.

GENOVESI, Vincent J. **Em busca do amor: moralidade católica e sexualidade humana**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRUPO PARENTALIDADE. **Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da PUCPR com o parecer: 770.977, 27/08/2014**. [S. l.: s. n.]

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. **Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento**. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez; WAGNER, Adriana. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 77–87, 2010.

GUIMARÃES, João Alfredo Tenório Lins; VILLELA, Wilza Vieira. Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saude Publica**, [S. l.], v. 27, n. 8, p. 1647–1653, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000800019>. Acesso em: 4 maio. 2020.

HAMDAN-MANSOUR, Ayman *et al.* Men's perceptions of an participation in family planning in Aqaba and Ma'an governorates, Jordan. **Eastern Mediterranean Health Journal**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 124–132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26719/2016.22.2.124>. Acesso em: 13 jun. 2020.

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 25, n. Supl. 2, p. 269–278, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400009>. Acesso em: 2 maio. 2020.

HENNIGEN, Inês. Especialistas advertem: o pai é importante para o desenvolvimento infantil. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 169–184, 2010.

HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 44–68, 2002.

HERRENKOHL, Todd I. *et al.* Intersection of child abuse and children's exposure to domestic violence. **Trauma, Violence, and Abuse**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 84–99, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838008314797>. Acesso em: 4 maio. 2020.

HUMPHREYS, Kathryn L.; MYINT, Myo Thwin; ZEANAH, Charles H. Increased risk for family violence during the COVID-19 pandemic. **Pediatrics**, [S. l.], v. 146, n. 1, p. 1–3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2020-0982>. Acesso em: 4 maio. 2020.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo demográfico 2010. Famílias e domicílios - Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2%0A010_familias_domicilios_a_mostra.pdf%0A. Acesso em: 29 jun. 2019.

IHU/ADITAL. **Brasil registrou 17.583 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2015**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/oracoes-interreligiosas-ilustradas/185-noticias/noticias-2016/555252-brasil-registrou-17583-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2015-ihuadital>. Acesso em: 25 jul. 2020.

IJADUNOLA, Macellina Y. *et al.* Male involvement in family planning decision making in Ile-Ife, Osun State, Nigeria. **African Journal of Reproductive Health**, [S. l.], v. 14, n. 4 Spec no., p. 45–52, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/41329753>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ISOTTON, Rogério; FALCKE, Denise. Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 486–498, 2014.

JORNAL GLOBONEWS. **Durante isolamento social: Acre tem mais de 100 denúncias de violência infantil**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews/video/durante-isolamento-social-acre-tem-mais-de-100-denuncias-de-violencia-infantil-8493622.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2020.

JOSHI, L. R. Male participation in family planning: human behaviour perspective. **Journal of Nepal Health Research Council**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 188–195, 2015. Disponível em: <http://jnhrc.com.np/index.php/jnhrc/article/view/670/508>. Acesso em: 29 jun. 2020.

JUNGARI, Suresh; PASWAN, Balram. Male perception and participation in family planning among tribal communities of Maharashtra, India: a mixed-method study. **International Quarterly of Community Health Education**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 1–7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0272684X19875017>. Acesso em: 30 jun. 2020.

JURAS, Mariana Martins; COSTA, Liana Fortunato. Não foi bom pai, nem bom marido: conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 32, p. 1–9, 2016. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>. Acesso em: 4 maio. 2020.

KAIDA, Angela *et al.* Male participation in family planning: Results from a qualitative study in Mpigi District, Uganda. **Journal of Biosocial Science**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 269–286, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021932004007035>. Acesso em: 4 maio. 2020.

KASSA, Mihretie; ABAJOBIR, Amanuel Alemu; GEDEFAW, Molla. Level of male involvement and associated factors in family planning services utilization among married men in Debreworkos town, Northwest Ethiopia. **BMC International Health and Human Rights**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 1–8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12914-014-0033-8>. Acesso em: 27 jun. 2020.

KIANI, M. Framurz K. Motivation and involvement of men in family planning in Pakistan. **The Pakistan Development Review**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 197–217, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.30541/v42i3pp.197-217>. Acesso em: 27 jun. 2020.

KING, Valarie; SOBOLEWSKI, Juliana M. Nonresident fathers' contributions to adolescent well-being. **Journal of Marriage and Family**, [S. l.], v. 68, n. 3, p. 537–557, 2006.

KOFFI, Tekou B. *et al.* Engaging men in family planning: Perspectives from married men in Lomé, Togo. **Global Health Science and Practice**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 317–329, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9745/GHSP-D-17-00471>. Acesso em: 26 fev. 2020.

LABRADA, Marianela de la C. Prendes *et al.* Participación de los hombres en la planificación familiar. **Revista Cubana de Medicina General Integral**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 216–221, 2001. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/mgi/v17n3/mgi02301.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

LAMB, Michael E. O papel do pai em mudança. **Análise Psicológica**, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 19–34, 1992.

LEITE, Mirlane Gondim *et al.* Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115–124, 2014.

MACKLIN, Ruth. Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, Vonei; PESSINI, Leo (org.). **Bioética: poder e justiça**. São Paulo: Loyola, 2003.

MALDONADO, Maria Tereza; DICKSTEIN, Júlio; NAHOUM, Jean Claude. **Nós estamos grávidos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MARCOLINO, Clarice; GALASTRO, Elizabeth Perez. As visões feminina e masculina acerca da participação de mulheres e homens no planejamento familiar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 77–82, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-11692001000300012>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARIN, Angela; PICCININI, Cesar Augusto. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 422–429, 2009.

MARINHO, Kamila. **Abusos contra crianças e adolescentes aumentam durante pandemia**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/abusos-contra-criancas-e-adolescentes-aumentam-durante-pandemia/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MARINHO, Sofia Pappámikail da Costa. **Paternidades de hoje: Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada.** Tese (Doutorado). Instituto de Ciência Sociais. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

MARQUES, Emanuele Souza *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 36, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>. Acesso em: 4 maio. 2020.

MG1. **Polícia Civil lança cartilha para fazer alerta à violência infantil.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8558753/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MILBRADT, Viviane. Afetividade e gravidez indesejada, os caminhos de vínculo mãe-filho. **Revista Pensamento Biocêntrico**, Pelotas, n. 9, p. 112–133, 2008.

MISTIK, S. *et al.* Married men's opinions and involvement regarding family planning in rural areas. **Contraception**, [S. l.], v. 67, n. 2, p. 133–137, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0010-7824\(02\)00459-6](https://doi.org/10.1016/S0010-7824(02)00459-6). Acesso em: 31 maio. 2020.

MITCHELL, Katherine Stamps; BOOTH, Alan; KING, Valarie. Adolescents with nonresident fathers: are daughters more disadvantaged than sons? **Journal of Marriage and Family**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 650–662, 2009.

MONTEIRO, Lilian. **COVID-19: crianças e adolescentes à mercê da violência doméstica.** [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/08/interna_gerais,1145429/covid-19-criancas-e-adolescentes-a-merce-da-violencia-domestica.shtml. Acesso em: 20 jul. 2020.

MORAIS, Ana Cláudia Brito de *et al.* Participação masculina no planejamento familiar: o que pensam as mulheres? **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 659–666, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v19i4.37086>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MOREIRA, Karla de Abreu Peixoto *et al.* Causas e características da resistência à vasectomia em homens. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 82–89, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/5039>. Acesso em: 21 maio. 2020.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna. **Psicologia e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 388–398, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000200016>. Acesso em: 4 maio. 2020.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Barreiros de; PETRINI, Giancarlo. **Homem adulto & paternidade: olhares interdisciplinares.** Coleção Família e Desenvolvimento Humano. Curitiba: CRV, 2019.

MORLEY, Andrew. Violência contra crianças pode crescer 32% durante pandemia. In: VILELA, Pedro Rafael (org.). **Violência contra crianças pode crescer 32% durante pandemia.** [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MOSER, Antônio. Planejamento familiar na Igreja Católica: do ruído estrondoso a um silêncio perturbador. *In*: SANCHES, Mário Antônio (org.). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 54–70.

MOTA, Elizabeth Moreira *et al.* Sentimentos e expectativas vivenciados pelas primigestas adolescentes com relação ao parto. **Revista Rene**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 692–698, 2011.

MOURA, Laís Norberta Bezerra de; GOMES, Keila Rejane Oliveira. Planejamento familiar: uso dos serviços de saúde por jovens com experiência de gravidez. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 853–863, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.10902013>. Acesso em: 2 maio. 2020.

MOZZAQUATRO, Caroline De Oliveira; ARPINI, Dorian Mônica. Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 923–938, 2017. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1982-3703001242016>. Acesso em: 4 maio. 2020.

NOGUEIRA, Isabela Lima *et al.* Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. **Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 242–247, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i1.242-247>. Acesso em: 19 jun. 2020.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 107–128, 2001.

OLIVEIRA, Houda Izabela de. **Perfil da criança vítima de violência sexual e o cuidado da enfermagem: análise sob uma perspectiva bioética**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Bioética. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/00006b/00006b20.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2020.

OLIVEIRA, Joyce Lúcia Abreu Pereira; CREPALDI, Maria Aparecida. Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: revisão integrativa da literatura. **Actualidades en Psicología**, [S. l.], v. 32, n. 124, p. 91–109, 2018. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15517/ap.v32i124.29021>. Acesso em: 4 maio. 2020.

OMS. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). *In*: USP. BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS (org.). [S. l.: s. n.]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ONU BRASIL. UNICEF: **Quase 1 bilhão de crianças sofrem algum tipo de violência regularmente**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-quase-1-bilhao-de-criancas-sofrem-algum-tipo-de-violencia-regularmente/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ORJI, Ernest O.; OJOFEITIMI, Ebenezer O.; OLANREWAJU, Babatunde A. The role of men in family planning decision-making in rural and urban Nigeria. **The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 70–75, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13625180600983108>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PADILHA, Tarcisio; SANCHES, Mário Antônio. Participação masculina no planejamento familiar: revisão integrativa da literatura. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 24, e200047, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100308&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2021.

PADILHA, Tarcisio; SILVA, Angelita Wisnieski da; SANCHES, Mário Antônio. O pai que assume filho sozinho: causas do cuidado paterno exclusivo. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Barreiros de; PETRINI, Giancarlo (org.). **Homem adulto & Paternidade: olhares interdisciplinares**. Coleção Família e Desenvolvimento Humano. Curitiba: CRV, 2019. p. 161–176.

PALMA, Rubia. **Famílias monoparentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PARANÁ. SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Nota Orientativa 30/2020. Prevenção de violências e atenção às pessoas em situação de violência no contexto da pandemia de COVID 19**. [S. l.: s. n.] Disponível em: http://www.cedm.pr.gov.br/arquivos/File/2020/NO_30_PREVENCAO_DE_VIOLENCIAS_E_ATENCAO_AS_PESSOAS_EM_SITUACAO_DE_VIOLENCIA_V2-1.pdf. Acesso em: 4 maio. 2020.

PAULO VI. **Humanae Vitae. Carta encíclica sobre a regulação da natalidade**. 12. ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

PEDRO, Vânia Manuel *et al.* Percepções e experiências dos homens sobre o planejamento familiar no sul de Moçambique. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 1313–1333, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312016000400013>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PNAD (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA). **Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família - Brasil, 1995 a 2015**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em: 04 jun. 2019.

PUSPITA, Surya Dewi; HERNAWATI, Sri; NINGTYIAS, Farida Wahyu. Knowledge, perception, attitude and social culture as determinant of male participation in family planning. **Health Notions**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 57–61, 2018. Disponível em: <http://heanoti.com/index.php/hn/article/view/hn20104>. Acesso em: 21 maio. 2020.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 85–96, 2006.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; DIAS, Alessandra Silva; MORAES, Claudia Leite. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 595–603, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000500007>. Acesso em: 4 maio. 2020.

REKHA, T. *et al.* Married men's involvement in family planning: a study from coastal Southern India. **Journal of Clinical and Diagnostic Research**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. LC04–LC07, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7860/JCDR/2015/12101.5837>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 456–464, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2004000200013>. Acesso em: 4 maio. 2020.

RICCI, Luiz Antonio Lopes. Planejamento familiar à luz da ética teológica. In: SANCHES, Mário Antônio (org.). **Bioética e planejamento familiar: perspectiva e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 88–110.

RIED, Juliana. **Configurações familiares contemporâneas: significações de famílias monoparentais masculinas**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA SAÚDE. Campanha visa a proteger crianças e adolescentes da violência sexual durante a pandemia de Covid-19. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/campanha-visa-a-protoger-criancas-e-adolescentes-da-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 19 jul. 2020.

RISÉ, Claudio. **A inaceitável ausência do pai: paternidade e seus desafios na sociedade atual**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2007.

RODRIGUES, Ana Verônica; SIQUEIRA, Arnaldo A. Franco de. Sobre as dores e temores do parto: dimensões de uma escuta. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 179–186, 2008.

SANCHES, Mário Antônio. **Reprodução assistida e bioética: metaparentalidade**. São Paulo: Ave Maria, 2013.

SANCHES, Mário Antônio (org.). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANCHES, Mário Antônio *et al.* **Planejamento da parentalidade no contexto da bioética: busca de uma nova abordagem para pesquisa**. Curitiba: PUCPress, 2015. Disponível em: <https://pucpress.pucpr.br/index.php/pucpress/catalog/view/39/17/199-1>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANCHES, Mário Antônio *et al.* Influência católica no planejamento familiar: estudo sobre parentalidade responsável. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 131, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2018vol18i2a9>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANCHES, Mário Antônio; LIMA, Luiz Fernando de. O acolhimento da gravidez em comunidade cristã: os desafios da responsabilidade parental. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 452–465, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22351/et.v58i2.3014>. Acesso em: 4 maio. 2020.

SANCHES, Mário Antônio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. Planejamento familiar: do que estamos falando? **Revista Bioética**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 73–82, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422016241108>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, A. S. Do Programa Materno Infantil ao Programa Integral à Saúde da Mulher: impacto na abordagem assistencial. **Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 07, n. 39, p. 96–98, 2010.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica da Presidência**, [S. l.], v. 10, n. 92, p. 1–30, 2009.

SANTOS, Júlio César dos; FREITAS, Patrícia Martins de. Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 1813–1820, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300017>. Acesso em: 4 maio. 2020.

SASS, Hans Martin. Promover a educação em saúde para enfrentar a doença e a vulnerabilidade. In: GARRAFA, Vonei; PESSINI, Leo (org.). **Bioética: poder e justiça**. São Paulo: Loyola, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602009000300003>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Wesley Gomes da *et al.* O planejamento familiar para homens. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S. l.], v. 12, n. 11, p. 3098–3109, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a237248p3098-3109-2018>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SILVA, Milena da Rosa. **Sentimentos sobre a paternidade e envolvimento de pais que residem e pais que não residem com seus filhos**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SIMAS, Flavia Baroni; SOUZA, Laura Vilela; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Significados da gravidez e da maternidade: discursos de primíparas e múltiparas. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 19–34, 2013.

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 335–345, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-6234201400002000020>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SOCÍAS, Carmen Orte; BRAGE, Lluís Ballester; NEVOT-CALDENTEY, Lluç. **Apoyo familiar ante el COVID-19 en España**. [S. l.: s. n.].

SOLÍS-PONTÓN, Leticia. La cultura de la parentalidad como un antídoto contra la violencia y la barbarie. El orden simbólico en una sociedad violenta. **Cuadernos de Psicoanálisis**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 62–99, 2017.

SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERRA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martín. **La cultura de la parentalidad: antídoto contra la violencia y la barbarie**. México/Bogotá: Manual Moderno, 2006.

SOUSA, Ana Paula de. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2008.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. **Paideia**, [S. l.], v. 19, n. 42, p. 97–106, 2009.

SP1. **Queda nas denúncias de violência infantil liga o alerta de autoridades**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8602619/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SPIEGEL, Josef. **Sexual abuse of males: the SAM model of theory and practice**. New York: Routledge, 2003.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. A vivência da paternidade em tempos de diversidade. In: WAGNER, Adriana (org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TEALDI, Juan Carlos. **Diccionario Latinoamericano de Bioética**. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética; Universidad Nacional de Colombia, 2008.

TUCÍDIDES. La peste em Atenas. In: RIQUEL, Martín de; RIQUEL, Borja de (org.). **Reportajes de la Historia**. Barcelona: Acantilado, 2011. v. 1.

UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 18 jun. 2020.

UNESCO. Mais de 90% das escolas do mundo fecharam durante a pandemia. In: IG ÚLTIMO SEGUNDO (org.). **Mais de 90% das escolas do mundo fecharam durante a pandemia**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2020-04-06/mais-de-90-das-escolas-do-mundo-fecharam-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

UNICEF. **Hidden in Plain Sight: a statistical analysis of violence against children**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

UNICEF BRASIL. Covid-19: **Crianças em risco aumentado de abuso, negligência, exploração e violência em meio a intensificação das medidas de contenção**. [S. l.], 2020 a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-criancas-em-risco-aumentado-de-abuso-negligencia-exploracao>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UNICEF BRASIL. **Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia.** [S. l.], 2020 b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VIEIRA, Elaine Novaes; SOUZA, Lídio de. Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. **Análise Psicológica**, [S. l.], v. 4, n. 28, p. 581–596, 2010.

VIEIRA, Katiucia Letiele Duarte *et al.* Atendimento da população masculina em unidade básica saúde da família: motivos para a (não) procura. **Escola Anna Nery**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 120–127, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-81452013000100017>. Acesso em: 21 maio. 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 23, n. E200033, p. 1–5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Acesso em: 4 maio. 2020.

VILELA, Pedro Rafael. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VIRK, Amrit *et al.* Role of men in fertility and family planning in a peri-urban community in Punjab, India. **International Journal of Medical Science and Public Health**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 613–617, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5455/ijmsph.2013.200420131>. Acesso em: 29 jun. 2020.

VU, Nicole L. *et al.* Children’s exposure to intimate partner violence: A meta-analysis of longitudinal associations with child adjustment problems. **Clinical Psychology Review**, [S. l.], v. 46, p. 25–33, 2016. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cpr.2016.04.003>. Acesso em: 4 maio. 2020.

WAGNER, Adriana *et al.* Estratégias de comunicação familiar: a perspectiva dos filhos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 277–282, 2005.

WAKSMAN, Renata Dejtjar. **A violência doméstica não entrou em quarentena.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.spssp.org.br/2020/04/24/a-violencia-domestica-nao-entrou-em-quarentena/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

WITHERS, Mellissa *et al.* Men’s perspectives on their role in family planning in Nyanza Province, Kenya. **Studies in Family Planning**, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 201–215, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1728-4465.2015.00024.x>. Acesso em: 20 maio. 2020.

WORLD VISION INTERNATIONAL. **Covid-19 aftershocks. A perfect storm: millions more children at risk of violence under lockdown and into the “new normal”.** [S. l.]: World Vision, 2020. Disponível em: https://www.wvi.org/sites/default/files/2020-05/Aftershocks_FINAL_VERSION_0.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

WU, Yi Chi; CHEN, Ching Sung; CHAN, Yu Jiun. The outbreak of COVID-19: An overview. **Journal of the Chinese Medical Association**, [S. l.], v. 83, n. 3, p. 217–220, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/JCMA.0000000000000270>. Acesso em: 4 maio. 2020.

XAVIER, Anna Karina; ROSATO, Cassia Maria. Mulheres e Direitos: Saúde sexual e reprodutiva a partir das Conferências da ONU. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. XXI, n. 116–30, p. 116–130, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p116-130>. Acesso em: 20 maio. 2020.

YILMAZEL, Gülay *et al.* Which men have better attitudes and participation to family planning services? A study in primary care settings from Northern Turkey. **Nigerian Journal of Clinical Practice**, [S. l.], v. 22, p. 1055–1062, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4103/njcp.njcp>. Acesso em: 4 maio. 2020.

ZITEL, Naira. **Campinas registra aumento de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2020**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/05/23/campinas-registra-aumento-de-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-em-2020.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ZORNIG, Silvia Maria Abu Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 453–470, 2010.